



Eleições municipais e transições de governo 2024-2025

Evidências para aprimorar os serviços públicos nas capitais

Região Nordeste

A Lei 13.460 de 26 de junho de 2017 trata sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. A lei passou a vigorar em junho de 2019 e se aplica a todos os órgãos públicos de todas as esferas, federal, estadual e municipal de todos os poderes. Destacam-se três responsabilidades:

- Fortalecimento das Ouvidorias
- Elaboração de Carta de Serviços ao Usuário: [saiba mais](#).
- Avaliação Contínua dos Serviços Prestados

Com o intuito de fomentar a discussão sobre a responsabilidade da realização e publicação da avaliação dos serviços, a Agenda Pública realiza a Pesquisa de Qualidade dos Serviços Públicos nas Capitais. A pesquisa combina dois componentes:

1. Avaliação de percepções e opiniões: elaborada a partir de uma pesquisa de opinião compreendendo mais de 40 questões, feita com 3.000 pessoas nas dez maiores capitais do país. O factsheet sobre a metodologia da pesquisa e principais resultados pode ser [acessado aqui](#).
2. Avaliação de Indicadores de desempenho: elaborada a partir de dados secundários oficiais, disponíveis em bancos de dados públicos, abordando seis dimensões: educação, saúde, proteção social, desenvolvimento econômico, mobilidade e gestão da qualidade. O factsheet sobre este componente pode ser [acessado aqui](#). As fontes dos indicadores analisados podem ser conferidos no dashboard da pesquisa [disponível aqui](#).

A análise dos resultados em cada capital brasileira considera tanto a pesquisa de opinião quanto uma análise descritiva dos indicadores de desempenho, adotando dois níveis de comparação: a evolução histórica do município e o contexto regional.

As recomendações e observações obtidas a partir dessa pesquisa têm o objetivo de apoiar o debate eleitoral e as transições de governo nas capitais, orientando a formulação de políticas públicas mais eficazes e adaptadas às necessidades específicas de cada localidade.

Aracaju

Educação

A taxa líquida de matrículas em creches de Aracaju aumentou de 10% em 2021 para 20,8% em 2023. Um acréscimo de 10,8 pontos percentuais. Na série histórica, de 2010 a 2023, em todos os anos a capital possui uma taxa menor que o Estado de Alagoas. No comparativo regional de 2023 entre as capitais do Nordeste, é a segunda capital com a menor taxa, ficando atrás somente Maceió (15,3%).

Aracaju não atingiu a meta do IDEB considerando os anos de 2017, 2019 e 2021. No entanto, em 2023 o município apresentou um crescimento de 0,2 em comparação ao índice de 2021, e um acréscimo de 0,6 em relação ao de 2017. Ainda, o IDEB 2023 é o maior índice registrado na capital sergipana desde 2005.

A capital de Sergipe apresentou uma queda na taxa de abandono escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre 2021 e 2023, passando de 0,5 para 0,3. É a quarta menor taxa no comparativo entre as capitais nordestinas em 2023. Por outro lado, a taxa de distorção de idade-série aumentou de 25,3% em 2021 para 28,5 em 2023, o que representa um aumento de aproximadamente 13%. É a terceira maior taxa entre as capitais nordestinas em 2023.

A capital sergipana incrementou o gasto per capita em educação de R\$313,57 em 2020 a R\$687,56 em 2023. Aumento de R\$373,99. É o terceiro menor gasto per capita entre as capitais nordestinas em 2023. O primeiro é de Natal, com um valor muito próximo de R\$598,07, e o segundo de Maceió, com R\$601,83.

Recomendações:

1. Priorizar a educação de qualidade e a redução de desigualdades. Considerando os resultados do IDEB e o aumento da taxa de distorção de idade-série, recomenda-se a implementação de modelos robustos de monitoramento e avaliação das políticas educacionais, visando para uma tomada de decisão baseada em evidências. A adoção de boas práticas também é importante. Neste contexto, a consulta a diferentes mapeamentos, como o “Educação que Dá Certo” do Todos Pela Educação, que pode ser [acessado aqui](#), pode fornecer orientações valiosas para o desenvolvimento e aprimoramento das estratégias educacionais. Ainda, estratégias focadas na redução da taxa de distorção de idade-série são importantes no contexto de aumento percebido nos últimos anos. Nesse sentido, são recomendações do estudo da UNICEF que pode ser [acessado aqui](#): (i) Mapear estudantes com distorção idade-série nas escolas públicas do município e (ii) Implementar estratégia de oferta de currículos específicos para estudantes em distorção idade-série nas escolas públicas do município.
2. Ampliar a cobertura de creches no município. A meta do Plano Nacional de Educação era de no mínimo 50% das crianças de 0 a 3 anos nas creches em 2016. Mesmo com um crescimento da taxa líquida de matrículas em creches, a capital sergipana continua distante de atingir essa meta. Considerando as soluções por parte do poder público, é importante levantar em um plano de expansão das creches e de vagas levando em consideração uma análise territorial das demandas e priorizando regiões com menor cobertura e maiores vulnerabilidades.
3. Aumentar gradualmente o financiamento da educação. Para melhorar os resultados educacionais, é recomendado aumentar progressivamente o financiamento destinado à educação, focando na equidade e na eficiência da alocação dos recursos. A criação de um plano de investimentos a longo prazo, com metas claras para redução da distorção idade-série, expansão de creches e melhoria dos índices de qualidade, pode orientar esse aumento de recursos, garantindo que o investimento seja direcionado para áreas com maior necessidade e impacto. É possível ver propostas para garantir os recursos financeiros da pasta como recomendação 10 do documento do Todos Pela Educação que pode ser [acessado aqui](#).

Saúde

Aracaju ocupa a segunda classificação na dimensão de saúde medida pelos indicadores da pesquisa entre as capitais da região Nordeste.

A capital sergipana incrementou o gasto per capita em saúde de R\$766,47 em 2020 a R\$912,38 em 2023, um acréscimo de R\$145,91.

Aracaju apresentou um aumento expressivo na cobertura da Atenção Básica de 54,25% em janeiro de 2021 para 95,23% em setembro de 2023. Um incremento de cerca de 41 pontos percentuais. Foi o maior crescimento registrado entre as capitais da região. A capital sergipana apresenta a segunda maior cobertura de Atenção Básica entre as capitais nordestinas em 2023, ficando atrás de Teresina que possui a maior cobertura com 97,37%. São as únicas duas capitais que computam acima de 95% de cobertura.

Em relação à mortalidade por óbitos evitáveis entre 5 e 74 anos, Aracaju apresentou uma queda de cerca de 31% dos registros entre 2021 e 2023, passando de 3.016 a 2.071. Foi a maior queda percentual registrada entre as capitais do Nordeste no período.

Aracaju apresentou uma queda expressiva na cobertura vacinal do município entre 2021, com 60,15% e 2023, com 49,95% de cobertura, isto é, uma redução em torno de 10 pontos percentuais.

A capital sergipana possui 98,87% da população total com acesso aos serviços de abastecimento de água. A média do estado de Sergipe é de 91,62%. A capital tem 73,28% da população com acesso aos serviços de esgotamento sanitário, em comparação a 49,87% no estado de Sergipe, de acordo com dados do SNIS 2022.

Recomendações:

1. Implementar estratégias para aumentar a cobertura vacinal: Diante da diminuição da cobertura vacinal nos últimos anos, a adoção de estratégias para reverter esse cenário é recomendada. O estudo da Subsecretaria de Saúde Gerência de Informações Estratégicas em Saúde CONECTA-SUS que pode ser [acessado aqui](#), evidencia o uso de recursos de saúde digital como mensagens de texto e aplicativos com informações sobre os imunizantes, opção para agendamento em unidades de vacinação e alerta para doses em atraso. Nesse sentido, estratégias como o aplicativo “minhasaúde.via”, que permite o agendamento de vacinas, podem ser eficazes. Monitorar indicadores e avaliar as iniciativas são passos essenciais para aprimorar a gestão dos serviços de saúde e garantir um aumento sustentável na cobertura vacinal.
2. Investir na melhoria da gestão eficiente dos recursos de saúde, garantindo a alocação adequada dos recursos disponíveis, a redução de desigualdades e a otimização das operações para maximizar a eficiência dos serviços prestados. É importante prezar pela gestão com base em evidências, para que a alocação dos recursos seja realizada de forma efetiva visando a entrega de serviços de qualidade de forma igualitária. Um guia útil é o de Componentes Básicos da Gestão com Base em Evidência elaborado pelo Insper e pelo Instituto Ayrton Senna, que pode ser [acessado aqui](#).
3. Implementar modelos de monitoramento e avaliação robustos: Neste sentido, com o objetivo de garantir a eficácia e a transparência dos recursos, é importante desenvolver e adotar modelos robustos de monitoramento e avaliação das despesas e políticas de saúde. Avaliações contínuas garantem que o aumento do financiamento seja bem gerido e que os recursos possam ser alocados de forma a garantir acesso a serviços de saúde de qualidade pela população.

Desenvolvimento Econômico

Aracaju ocupa o sexto lugar na classificação em relação à dimensão de desenvolvimento econômico na avaliação dos indicadores da pesquisa entre as nove capitais da região Nordeste.

O município registra saldos positivos de empregos formais desde 2021, conforme dados do Novo Caged. Em 2023, foram 6.381 empregos formais de saldo, com divisão por grande grupamento de atividade econômica de aproximadamente 44% em serviços, 32% construção, 20% comércio e 3,5% indústria. O setor de agropecuária apresentou uma redução de 6 empregos formais neste ano.

Até julho de 2024, a capital do Sergipe registrou um saldo de 5.892 empregos formais, com 64% serviços, 30% construção, 5% comércio e 0,7% indústria. O setor de agropecuária apresentou uma redução de 2 postos de trabalho formais neste período.

Aracaju está na 24ª posição no ranking geral do Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, estudo sobre o ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso a capital, inovação, capital humano e cultura dos municípios brasileiros. É a capital da região Nordeste mais bem classificada.

Recomendações:

1. Investir em melhorias de infraestrutura: De acordo com o Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, a dimensão de infraestrutura da capital alagoana apresenta a menor pontuação na dimensão de infraestrutura. Indicadores como transporte interurbano e condições urbanas indicam áreas para possíveis melhorias. O município deve concentrar esforços em melhorar a conectividade e mobilidade urbana, otimizando o transporte público, estradas e telecomunicações, que são essenciais para atrair novos negócios e melhorar a qualidade de vida dos moradores.
2. Promover um ecossistema de inovação. Além disso, conforme resultados do ICE 2023, Aracaju possui a segunda menor pontuação na dimensão de inovação. No estudo, a cidade é avaliada em relação à proporção de doutores, mestres, funcionários em Ciência e Tecnologia, infraestrutura tecnológica, tamanho da economia criativa, entre outros fatores. A gestão municipal deve analisar esses dados em detalhe para direcionar investimentos estratégicos em universidades e programas de fomento à pesquisa, além de iniciativas para impulsionar a economia criativa local, sempre prezando pela sustentabilidade e pelo desenvolvimento social.
3. Fortalecer políticas de inclusão produtiva: A inclusão produtiva é fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável de Aracaju, especialmente em um contexto de desigualdades sociais. O município deve promover programas que incentivem a capacitação e inserção no mercado de trabalho de populações vulneráveis, como jovens, mulheres e pessoas em situação de pobreza. Além disso, integrar iniciativas de empreendedorismo com foco na economia solidária e sustentável pode criar novas oportunidades para os cidadãos, com ênfase no fortalecimento das micro e pequenas empresas.

Proteção Social

Panorama famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) no município de entre janeiro de 2021 a janeiro de 2023:

- Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza: 27.075 a 62.766. Aumento de aproximadamente 132%
- Quantidade de famílias em situação de pobreza: 12.279 a 15.930 . Aumento de aproximadamente 30%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo: 59.734 a 103.885. Aumento de aproximadamente 74%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo: 15.443 a 20.353. Aumento de aproximadamente 32%

Recomendações:

1. Fortalecer e implementar estratégias para enfrentar a multidimensionalidade da pobreza, considerando não apenas a renda, mas também fatores como acesso a serviços básicos, educação, saúde, moradia e segurança alimentar. Diante do contexto de aumento expressivo de famílias em situação de extrema pobreza e de renda per capita mensal acima de meio salário mínimo no período analisado, é fundamental desenvolver políticas intersetoriais que integrem ações de inclusão produtiva, proteção social e desenvolvimento urbano sustentável. Além disso, monitorar e avaliar de forma contínua o impacto das políticas públicas, ajustando-as conforme as necessidades da população, especialmente aquelas em situação de extrema pobreza. Fortalecer parcerias com a sociedade civil e organizações locais pode ser uma estratégia eficaz para ampliar o alcance e a efetividade dessas iniciativas.
2. Fortalecer o Sistema de Assistência Social Municipal. Garantir a cobertura e adequação dos serviços de assistência social às necessidades identificadas nas avaliações contínuas dos serviços prestados e na análise dos dados, com o objetivo de aumentar a capacidade de resposta às demandas da população. Ressalta-se ainda que o Cadastro Único é um instrumento para focalização de políticas públicas que pode ser utilizado pela prefeitura na gestão e tomada de decisões voltadas à identificação das famílias em situação de vulnerabilidade. As informações disponíveis possibilitam a elaboração de diagnósticos e de políticas sociais. Por isso, a atualização e manutenção do CadÚnico deve ser tratada como uma prioridade pela gestão municipal.
3. Promover políticas de igualdade racial e de gênero. A promoção de políticas de igualdade racial e de gênero deve ser tratada como uma prioridade para a construção de uma cidade mais justa e inclusiva. As iniciativas da Prefeitura precisam ser continuamente monitoradas e avaliadas em termos de impacto, permitindo ajustes e redirecionamento de recursos conforme necessário. É essencial garantir que os programas alcancem seus objetivos e, quando necessário, recebam maiores investimentos para ampliar sua eficácia.
4. Priorizar medidas de adaptação e mitigação climática de forma integrada. As mudanças climáticas afetam desproporcionalmente as populações em situação de vulnerabilidade, tornando fundamental a adoção de medidas abrangentes e coordenadas nas políticas públicas para aumentar a resiliência das comunidades. Possíveis recomendações incluem o mapeamento dos riscos climáticos e de vulnerabilidades; bem como o planejamento e implementação de intervenções estruturais e não estruturais. Uma referência de conteúdo de com boas práticas e orientações são os guias do Escritório da Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres de como construir cidades mais resilientes que podem ser [acessados aqui](#).

Mobilidade Urbana

Entre 2017 e 2022, o município aumentou o número de interações por sinistros de trânsito de 269 para 414 por 100 mil habitantes, um acréscimo de cerca de 54%. Considerando de 2017 a 2021, a taxa de mortalidade em sinistro de trânsito por 100 mil habitantes reduziu de 28 para 25. Uma leve redução de cerca de 10%.

De acordo com estudo comparativo do impacto do gasto mensal com Transporte Público nas capitais brasileiras¹, Aracaju apresenta um impacto de 15,65%. O município ocupa a 9ª posição entre as capitais analisadas. É a quarta capital do Nordeste mais bem posicionada, ficando atrás somente de Fortaleza em 5ª e Teresina na 6ª posição, empatadas com a mesma percentagem, e São Luis na 8ª posição.

Recomendações:

1. Fortalecer políticas de segurança viária. Diante do aumento da taxa de interações por sinistro de trânsito no município, recomenda-se fortalecer as políticas de segurança viária. Reduzir os limites de velocidade, favorecer baixas velocidades a partir do desenho viário e criar uma política de segurança viária estruturada e abrangente no âmbito municipal são as principais recomendações do Guia de Soluções para Incentivar a Segurança Viária que pode ser [acessado aqui](#).
2. Promover e divulgar resultados de pesquisas de avaliação contínua da mobilidade urbana. Investir na realização e divulgação regular de pesquisas sobre a eficácia das políticas de transporte, a satisfação dos usuários e as áreas que necessitam de melhorias. Divulgar os resultados a fim de garantir transparência e promover ações informadas para o aumento da qualidade do transporte público.
3. Fortalecer iniciativas de mobilidade ativa. Com o objetivo de promover a segurança no trânsito e a qualidade de vida da população, é recomendada a adoção e aprimoramento de medidas voltadas à mobilidade ativa, como a criação de calçadas seguras e cicloviás. Além disso, as avaliações dos projetos de infraestrutura devem ser divulgadas e abertas à participação pública, permitindo que os cidadãos contribuam para a identificação e avaliação dos impactos na redução de acidentes, na diminuição da poluição e no incentivo a hábitos de vida mais saudáveis.

Gestão da Qualidade

Aracaju possui uma nota 7,35 na Escala Brasil Transparente de 2020 da Controladoria-Geral da União (CGU), que avalia a transparência pública em relação à promoção do acesso à informação.

De acordo com o Mapa de Governo Digital de 2022, a capital responde positivamente a 8 dos 12 indicadores avaliados de gestão e infraestrutura (66%) e 48 dos 59 indicadores de oferta (81%)

Recomendações:

1. Impulsionar a realização e divulgação das avaliações contínuas de serviços prestados. Conforme estabelecido na Lei Federal 13.460/2017, é importante a elaboração de carta de serviços ao usuário e disponibilização de uma portal interativo, como o Aju Inteligente. A realização e divulgação de avaliações dos serviços prestados também é uma responsabilidade que fortalece a transparência, promovendo divulgações e incentivando avaliações que reflitam com precisão a experiência dos aracajuanos. Os dados coletados devem servir como evidência para a tomada de decisões e garantir transparência em relação à opinião dos cidadãos sobre os serviços oferecidos.
2. Fortalecer as ouvidorias. Reforçar o papel das ouvidorias na coleta e análise de feedback dos cidadãos é fundamental para identificar e resolver problemas relacionados ao atendimento público. Para além da criação e manutenção de canais de comunicação eficazes, como os meios de atendimento da ouvidoria, via atendimento eletrônico, presencial e também das ouvidorias setoriais, destaca-se a formação de equipes dedicadas a lidar com queixas e sugestões de maneira proativa. Implementar processos para monitorar e responder às reclamações em tempo hábil pode melhorar a transparência e a satisfação dos cidadãos.
3. Aprimorar a digitalização dos serviços. A partir da identificação dos problemas com base na avaliação dos serviços prestados, recomenda-se aprimorar os serviços digitais existentes e digitalizar novos serviços. O objetivo é elevar o nível de transformação digital que Aracaju possui atualmente, garantindo eficiência e acessibilidade para todos os cidadãos.

1. Estudo pode ser [acessado aqui](#).

Fortaleza

Educação

Fortaleza apresenta o menor nível de insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') entre as três capitais nordestinas avaliadas na pesquisa quanto a:

- Quantidade de creches municipais: 50,6%
- Quantidade de escolas municipais: 44,8%



Para refletir

Ambos níveis de insatisfação são os terceiros menores entre as dez capitais da pesquisa, ficando atrás somente de Curitiba e Belo Horizonte nos dois casos. De 2021 a 2023, Fortaleza reportou um aumento de 20,5% a 33,9% na taxa líquida de matrículas em creches. Trata-se de um crescimento de 13,4 pontos percentuais. Em comparação à taxa do Estado do Ceará, a capital apresentou uma taxa inferior ao longo da série histórica de 2010 a 2023. O município registrou em 2023 a maior taxa entre as capitais da região Nordeste. Interessante avaliar que a capital nordestina avaliada com maior nível de insatisfação com a quantidade de creches municipais é Salvador (55,5%), que possui uma taxa líquida de matrículas em creches de 31,4, número próximo ao computado por Fortaleza.

Fortaleza se destaca na pesquisa de opiniões por ter níveis de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') comparativamente altos entre as capitais analisadas considerando:

1. O segundo maior nível de satisfação:
 - A. Qualidade do ensino na rede municipal (22,8%)
 - B. Qualidade da infraestrutura das escolas municipais (18,3%)
2. O terceiro maior nível de professores:
 - A. Desempenho dos professores e demais profissionais do ensino (24,9%)

Ainda, a capital cearense apresenta o segundo menor nível de insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') em relação à qualidade do conteúdo aplicado na rede municipal de educação (5%) com 41,9%. Em primeiro lugar está Curitiba, com 38,3% dos moradores insatisfeitos nesse critério.

Fortaleza superou as metas do IDEB 2017 e 2019, ambas com excedente de 1 ponto. O índice de 2021 também superou a meta com 0,4. No entanto, o IDEB 2023 é o mesmo registrado em 2017. No comparativo com 2021, aumentou em 0,1, indicando possíveis impactos da pandemia e a necessidade de políticas de reposição de aprendizagem. Considerando o índice de 2023 em números absolutos, o município registrou o segundo maior índice entre as capitais da região, com 6,0. Teresina lidera com o IDEB 2023 de 6,4.

O município apresenta a menor taxa de abandono escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre as capitais da região Nordeste em 2023. Ressalta-se que a maior taxa foi de 0,2 em 2020. Em relação à taxa de distorção de idade-série entre 2021 e 2023, a capital cearense registrou um aumento de aproximadamente 43%, passando de 12,3 para 17,6.

A capital cearense incrementou o gasto per capita em educação de R\$563,99 em 2020 a R\$982,04 em 2023. Aumento de R\$398,05. É o segundo maior gasto per capita entre as capitais nordestinas em 2023. Teresina lidera com um gasto per capita de R\$4.024,08 em 2023.

Recomendações:

1. Levar em consideração a avaliação dos moradores e ampliar a cobertura de creches no município. A meta do Plano Nacional de Educação era de no mínimo 50% das crianças de 0 a 3 anos nas creches em 2016. A capital baiana, apesar de ter registrado um aumento nos últimos anos, continua distante de atingir essa meta. Considerando as soluções por parte do poder público, é importante investir em um plano de expansão das creches e de vagas levando em consideração uma análise territorial das demandas e priorizando regiões com menor cobertura e maiores vulnerabilidades.
2. Priorizar a educação de qualidade e a redução de desigualdades. A opinião dos moradores de Fortaleza devem ser consideradas no sentido de melhoria dos serviços de educação municipal. Apesar de apresentar níveis de satisfação comparativamente bons entre as demais prefeituras analisadas, há uma grande margem para melhoria. Recomenda-se a implementação de modelos robustos de monitoramento e avaliação das políticas educacionais, visando uma tomada de decisão baseada em evidências. Um guia útil é o de Componentes Básicos da Gestão com Base em Evidência elaborado pelo Insuper e pelo Instituto Ayrton Senna, que pode ser [acessado aqui](#).
3. Fortalecer políticas de formação continuada de professores e de recomposição da aprendizagem. Tendo em vista o os resultados de Fortaleza no IDEB no período anterior à pandemia, e opinião dos moradores, é importante retomar e fortalecer iniciativas de recomposição da aprendizagem que estejam relacionadas às Competências da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e investir em práticas pedagógicas inovadoras que atendam às necessidades específicas dos alunos são estratégias para promover uma melhoria contínua na qualidade da educação do município. O estudo "Recomposição das aprendizagens: estratégias educacionais para enfrentar os desafios da pandemia" do Instituto Natura e Fundação Lemann descreve experiências interessantes para inspiração como o programa de tutoria e mentoria online da Prefeitura do Rio de Janeiro, "Tá On!" para turmas especiais de regularização de fluxo. O estudo pode ser [acessado aqui](#).

Saúde

Fortaleza apresenta o maior nível de insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') entre as dez capitais analisadas quanto a disponibilidade de médicos(as), com 68% e o segundo maior nível de insatisfação em relação ao tempo de espera para a realização de exames, com 75,9%.



Para refletir

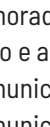
Os moradores da capital cearense consideram a saúde como o segundo principal problema do município. Além disso, os habitantes de Fortaleza identificaram como as duas principais prioridades para a melhoria do serviço público no município:

- O aumento do número de médicos e profissionais de saúde.
- A diminuição das filas nos hospitais e postos de saúde

A capital cearense ainda apresenta altos níveis de insatisfação quanto a:

- Tempo de espera para a realização de consultas: 73%
- Qualidade da infraestrutura das unidades de saúde/ambientes hospitalares: 59,3%
- Quantidade de hospitais no município: 58,5%
- Disponibilidade de medicamentos: 54,8%

Os maiores níveis de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') dos moradores de Fortaleza são em relação à higiene das unidades de saúde e ambientes hospitalares, com 20,3% e desempenho de médicos e enfermeiros ou outros profissionais de saúde nas unidades de saúde/ambientes hospitalares, com 18,3%. No entanto, podem ser considerados níveis com ampla margem de melhoria.



Importante

O nível de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') dos moradores do município em relação ao tempo de espera para consultas (8,3%) e para exames (7,5%), são os menores registrados entre as dez capitais analisadas. Este resultado reforça a análise geral de uma baixa satisfação dos habitantes da capital em relação aos serviços de saúde. Além disso, gera uma reflexão sobre um dos pontos críticos para a melhoria dos serviços: o tempo de acesso. A evidência sugere que otimizar a eficiência no tempo de espera para acesso aos serviços é fundamental para aprimorar a satisfação geral dos usuários.

Fortaleza ocupa a quinta classificação na dimensão de saúde medida pelos indicadores da pesquisa entre as nove capitais da região Nordeste.

A capital cearense incrementou o gasto per capita em saúde de R\$964,36 em 2020 a R\$1.158,80 em 2023, computando um aumento de R\$194,44.

Fortaleza apresentou um aumento expressivo na cobertura da Atenção Básica de 58,19% em janeiro de 2021 para 93,81% em setembro de 2023. Um incremento de cerca de 36 pontos percentuais. A capital cearense apresenta a terceira maior cobertura de Atenção Básica entre as capitais nordestinas em 2023, ficando atrás de Teresina que possui a maior cobertura com 97,37%, e Aracaju com 95,23%.

Em relação à mortalidade por óbitos evitáveis entre 5 e 74 anos, Fortaleza apresentou uma queda de cerca de 30% dos registros entre 2021 e 2023, passando de 12.796 a 8.985.

A capital do Ceará apresentou uma redução substancial na cobertura vacinal de 62,34% em 2021 para 42,64% em 2023. Foi a maior queda registrada entre as capitais da região, de cerca de 20 pontos percentuais.

84,06% da população de Fortaleza tem acesso aos serviços de abastecimento de água, enquanto a média do estado do Ceará é de 84,24%. Já 62,85% da população do município possui acesso aos serviços de esgotamento sanitário. A média do estado é de 35,28%, de acordo com dados do SNIS em 2022.

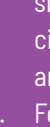
Recomendações:

1. Priorizar os interesses dos cidadãos de Fortaleza, a partir da implementação de estratégias que visem o aumento da disponibilidade de médicos(as), a redução das filas e um menor tempo de acesso aos serviços. Estratégias possíveis incluem otimizar processos de atendimento, ampliar a capacidade de atendimento em postos de saúde e hospitais, e engajar a comunidade na avaliação dos serviços para garantir que suas necessidades e preocupações sejam ouvidas e consideradas na atuação da gestão municipal.
2. Ampliar estratégias para aumentar a cobertura vacinal: Frente a queda da cobertura vacinal do município, recomenda-se a adoção de estratégias como as elencadas no estudo da Subsecretaria de Saúde Gerência de Informações Estratégicas em Saúde CONECTA-SUS que pode ser [acessado aqui](#). Destaca-se o uso de recursos de saúde digital como mensagens de texto e aplicativos com informações sobre os imunizantes, opção para agendamento em unidades de vacinação e alerta para doses em atraso. Ainda, o estudo demonstra que estratégias de educação em saúde são efetivas.
3. Implementar de forma efetiva a avaliação contínua dos serviços de saúde, publicizando esses resultados, a fim de identificar problemas específicos, promover ajustes necessários e dar transparência para melhorar a qualidade e a eficácia do atendimento e da comunicação com os cidadãos.

Desenvolvimento Econômico

O município apresenta os menores níveis de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') em relação a questões ligadas ao desenvolvimento econômico entre as capitais analisadas quanto ao:

- Impostos municipais para empreendedores e empresas: 5,4%.
- Geração de renda e empregos: 7,5%



Para refletir

Os moradores de Fortaleza consideram a geração de renda e empregos como a terceira prioridade para a melhoria dos serviços públicos do município, na visão dos moradores. Levando em consideração que os moradores da capital elencam a má administração pública, o desemprego e a corrupção como o terceiro, quarto e quinto maiores problemas do município, é possível concluir que a insatisfação com os impostos municipais reflete uma percepção negativa quanto à eficiência da gestão dos recursos públicos. Ainda, a geração de renda e empregos é a terceira prioridade para a melhoria dos serviços públicos do município, na visão dos moradores. A desconfiança pode estar atrelada à uma visão de que os impostos não estão sendo revertidos de maneira adequada em serviços e melhorias para a população.

Todos os serviços avaliados nesta dimensão possuem um nível de insatisfação em torno de 50% dos moradores da capital cearense, incluindo:

- Programas para inserção de jovens, pessoas mais velhas ou em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho: 53,5%
- Apoio aos empreendedores: 49,4%
- Programas de inovação, incubação ou aceleração de empresas: 47,7%

Fortaleza ocupa a primeira posição na classificação em relação à dimensão de desenvolvimento econômico na avaliação dos indicadores da pesquisa entre as nove capitais da região Nordeste.

Desde 2021 a capital do Ceará possui saldos positivos de empregos formais, de acordo com o Novo Caged. Em 2023, foram 27.740 empregos formais de saldo, considerando por grande grupoamento de atividade econômica, corresponde a aproximadamente 66% em serviços, 17% em comércio, 15% em construção e 2% em indústria. O setor de agropecuária registrou uma queda de 45 postos de trabalho formais neste ano.

No ano de 2024, o saldo é de 20.225 empregos formais até julho, com cerca de 71% em serviços, 17% construção, 16% indústria e 0,1% agropecuária. O setor de comércio apresentou um saldo de menos 797 empregos neste período.

Fortaleza ocupa a 43ª posição do ranking geral do Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, estudo sobre o ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso a capital, inovação, capital humano e cultura dos municípios brasileiros.

Recomendações:

1. Promover a transparência na gestão dos recursos públicos. Diante da insatisfação dos moradores de Fortaleza com a gestão dos recursos públicos, é recomendável a implementação efetiva dos instrumentos previstos na Lei 13.460/2017 com o objetivo de fortalecer a transparência da gestão municipal. Para além do fortalecimento das ouvidorias, realização e publicação dos resultados das avaliações continuadas dos serviços e da carta de serviços, é fundamental fortalecer e avaliar iniciativas de transparência ativa e passiva, considerando uma análise territorializada do município que permita direcionar recursos para as principais áreas de atenção.
2. Fortalecer políticas de inclusão produtiva e de geração de renda e emprego. Os níveis de satisfação do município podem ser aprimorados, considerando a inclusão produtiva como fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável de Fortaleza, especialmente em um contexto de desigualdades sociais. O município deve promover programas que incentivem a capacitação e inserção no mercado de trabalho de populações vulneráveis, como jovens, mulheres e pessoas em situação de pobreza. Além disso, integrar iniciativas de empreendedorismo com foco na economia solidária e sustentável pode criar novas oportunidades para os cidadãos, com ênfase no fortalecimento das micro e pequenas empresas.
3. Fomentar um ecossistema de inovação que inclua parcerias entre universidades, startups, e o setor privado pode criar novas oportunidades de emprego e estimular a economia local. Diante da percepção dos moradores sobre os programas de inovação e de apoio aos empreendedores, Fortaleza deve reavaliar para expandir o recalcular programas de inovação, incubação e aceleração de empresas, e de apoio a pequenas e médias empresas. O município também deve estar atento às oportunidades representadas pelas novas economias (verde, criativa, prateada).

Proteção Social

A prefeitura de Fortaleza promove a igualdade de gênero e a inclusão social?

Apenas 24,5% dos moradores concordam, enquanto 21,6% discordam e 43,6% se mantêm neutros. O restante não soube responder.

Panorama famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) no município de Fortaleza entre janeiro de 2021 e janeiro de 2023:

- Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza: 227.146 a 392.073. Aumento de aproximadamente 73%
- Quantidade de famílias em situação de pobreza: 32.691 a 34.333. Aumento de aproximadamente 5%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo: 346.480 a 525.125 Aumento de aproximadamente 51,5%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo: 69.096 a 87.604. Aumento de aproximadamente 27%



Para refletir

Os moradores de Fortaleza identificaram como a quarta prioridade para melhoria dos serviços públicos do município, o aprimoramento de programas sociais para os mais pobres. A percepção reflete, especialmente, o aumento de famílias em situação de extrema pobreza e com renda per capita mensal até salário mínimo no CadÚnico. Importante destacar que o pequeno aumento de famílias em situação de pobreza pode indicar um agravamento das desigualdades e a necessidade urgente de políticas públicas direcionadas. No entanto, é importante avaliar outros indicadores socioeconômicos do município para identificar, avaliar e focalizar medidas que possam efetivamente enfrentar a multidimensionalidade da pobreza.

Recomendações:

1. Desenhar e implementar estratégias para enfrentar a multidimensionalidade da pobreza, considerando não apenas a renda, mas também fatores como acesso a serviços básicos, educação, saúde, moradia e segurança alimentar. Diante do contexto do aumento expressivo dos dados analisados, somado à análise da percepção dos moradores, é fundamental desenvolver políticas intersetoriais que integrem ações de inclusão produtiva, proteção social e desenvolvimento urbano sustentável. Além disso, monitorar e avaliar de forma contínua o impacto das políticas públicas, ajustando-as conforme as necessidades da população, especialmente aquelas em situação de extrema pobreza. Fortalecer parcerias com a sociedade civil e organizações locais pode ser uma estratégia eficaz para ampliar o alcance e a efetividade dessas iniciativas.
2. Fortalecer o Sistema de Assistência Social Municipal. Garantir a cobertura e adequação dos serviços de assistência social às necessidades identificadas nas avaliações contínuas dos serviços prestados e na análise dos dados, com o objetivo de aumentar a capacidade de resposta às demandas da população. Ressalta-se ainda que o Cadastro Único é um instrumento para focalização de políticas públicas que pode ser utilizado pela prefeitura na gestão e tomada de decisões voltadas à identificação das famílias em situação de vulnerabilidade. As informações disponíveis possibilitam a elaboração de diagnósticos e de políticas sociais. Por isso, a atualização e manutenção do CadÚnico deve ser tratada como uma prioridade pela gestão municipal.
3. Promover políticas de igualdade racial e de gênero. A promoção de políticas de igualdade racial e de gênero deve ser tratada como uma prioridade para a construção de uma cidade mais justa e inclusiva. As iniciativas da Prefeitura precisam ser continuamente monitoradas e avaliadas em termos de impacto, permitindo ajustes e redirecionamento de recursos conforme necessário. É essencial garantir que os programas alcancem seus objetivos e, quando necessário, recebam maiores investimentos para ampliar sua eficácia.
4. Priorizar medidas de adaptação e mitigação climática de forma integrada. As mudanças climáticas afetam desproporcionalmente as populações em situação de vulnerabilidade, tornando fundamental a adoção de medidas abrangentes e coordenadas nas políticas públicas para aumentar a resiliência das comunidades. Possíveis recomendações incluem o mapeamento dos riscos climáticos e de vulnerabilidades; bem como o planejamento e implementação de intervenções estruturais e não estruturais. Uma referência de conteúdo de com boas práticas e orientações são os guias do Escritório da Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres de como construir cidades mais resilientes que podem ser [acessados aqui](#).

Mobilidade Urbana

Apesar da sensibilidade do tema em relação a percepção dos moradores, o município apresenta os segundos maiores níveis de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') em relação à:

- Sinalização de trânsito (placas, faixas de pedestre, sinais, etc.), com 37,8%.
- Quantidade/ qualidade de ciclovias (24,9%)

Curitiba lidera nos dois critérios, com 49,4% e 33,1%, respectivamente. Ainda, Fortaleza apresenta o segundo menor nível de insatisfação, quanto à higiene dos ônibus/metrô/trens, com (44,4%). O primeiro lugar também é ocupado por Curitiba, com 35,1%.

Nos demais serviços analisados, Fortaleza apresenta níveis de insatisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') relevantes, como quanto ao:

- Preço das passagens de transporte público (68,9%)
- Poluição sonora ou atmosférica (gases) geradas (67,6%)
- Trânsito (66,4%)
- Qualidade do asfalto (64,7%)
- Tempo de espera para tomar um ônibus/trem/metrô (59,3%)
- Desempenho de condutores, motoristas e de outros profissionais da rede de transportes (45,2%)

Para refletir

Fortaleza é uma referência de infraestrutura cicloviária no país. O resultado se reflete no nível de satisfação, que apesar de ser o segundo maior entre as dez capitais analisadas, ainda pode ser ampliado. Na análise conjunta com os níveis de insatisfação apresentados nos critérios de poluição sonora ou atmosférica e trânsito, é possível concluir que há uma demanda da população da capital cearense por uma mobilidade mais sustentável, que leve em consideração o fortalecimento progressivo de iniciativas como a ampliação da infraestrutura cicloviária, que já vem sendo implementada, e a integração de outros modais, como o transporte coletivo eficiente e acessível.

Entre 2017 a 2022, o município aumentou o número de interações por sinistro de trânsito por 100 mil habitantes de 227 a 301, o que corresponde a um acréscimo de aproximadamente 33%. Considerando o período de 2017 a 2021, a taxa de mortalidade em sinistro de trânsito por 100 mil habitantes reduziu de 14 para 7,5, uma redução de cerca de 46%.

Fortaleza apresenta um impacto de 14,73% no gasto mensal com Transporte Público, segundo estudo entre capitais brasileiras². O município ocupa a 5ª de 28 posições, empatada com Teresina. É a capital nordestina mais bem colocada.

Recomendações:

1. Atender às opiniões dos moradores e priorizar a implementação de políticas de redução da poluição sonora e atmosférica e de qualidade e quantidade de ciclovias. São alternativas, por exemplo, a adoção de tecnologias mais limpas e a promoção de formas sustentáveis de transporte, como a mobilidade ativa. É importante o monitoramento dos níveis de poluição, ruídos e controles da qualidade do ar para uma efetiva avaliação dos impactos ambientais e ajustes contínuos nas políticas com o intuito de promover uma melhoria significativa na qualidade de vida urbana.
2. Fomentar políticas de segurança viária. Diante do aumento significativo das interações por sinistros de trânsito em Fortaleza, é urgente adotar estratégias prioritárias para reduzir essa taxa. O fortalecimento da fiscalização, a melhoria da sinalização e a intensificação de campanhas de conscientização são importantes. Ainda, recomenda-se a adoção de medidas como: readequar os limites de velocidade, favorecer baixas velocidades a partir do deslinhe viário e criar uma política de segurança viária estruturada e abrangente no âmbito municipal. Essas são as principais recomendações do Guia de Soluções para Incentivar a Segurança Viária que pode ser [acessado aqui](#).
3. Promover e divulgar resultados de pesquisas de avaliação contínua da mobilidade urbana. Investir na realização e divulgação regular de pesquisas sobre a eficácia das políticas de transporte, a satisfação dos usuários e as áreas que necessitam de melhorias. Divulgar os resultados a fim de garantir transparência e promover ações informadas para o aumento da qualidade do transporte público.

2. Estudo pode ser [acessado aqui](#).

Gestão da Qualidade

A prefeitura de Fortaleza trabalha de forma eficiente e transparente para os cidadãos?

50,2% dos moradores da capital cearense discordam da afirmação.

Enquanto 12% concordam, 32% expressam neutralidade e 5,8% não sabem responder a pergunta.

Para refletir

A capital cearense registra o terceiro maior nível de discordância, superando somente Belém, com 64,3% e Rio de Janeiro com 52,2%. O resultado coaduna com a identificação da má administração pública e corrupção como o terceiro e quinto lugar entre os principais problemas do município e ressalta a relevância da transparência da gestão municipal e dos instrumentos estabelecidos na Lei 13.460/2017, como as ouvidorias e as avaliações continuadas.

61,8% dos moradores do município relataram terem enfrentado dificuldade em realizar algum procedimento junto à prefeitura. É a maior proporção entre as capitais analisadas.

Além disso, 24,4% dos moradores de Fortaleza afirmaram que a prefeitura resolve satisfatoriamente os problemas de seus cidadãos quando eles precisam de serviços que dependem da administração municipal como exames, alvarás, matrículas, pagamento de taxas, entre outros. Em relação à afirmação, 27,3% se declaram insatisfeitos e 5,7% não sabem ou não lembram.

As três principais dificuldades enfrentadas para realizar algum procedimento são:

- Faltavam informações para a realização do serviço (32,9%)
- Faltavam informações durante o atendimento (28,9%)
- Serviço saiu do ar (26,8%)

Serviços públicos digitais

73% dos moradores de Fortaleza já acessaram serviços públicos municipais pela internet.

24,4% estão satisfeitos com os serviços públicos disponibilizados online pelo governo municipal. Ressalta-se que 27,3% declararam algum nível de insatisfação, enquanto a maioria se declara neutro (42,6%). O restante declara não saber.

Como os moradores de Fortaleza acessam os serviços públicos digitais?

Pelo telefone celular 76,7%

Pelo notebook ou computador 39,2%

Pelo tablet 4,5%

Importante

24,9% dos moradores do município preferem fazer solicitações de serviços públicos municipais pelo aplicativo. 22,4% pelo site da prefeitura. Um destaque interessante é que 23,2% preferem realizar solicitações por postos de atendimento presencial. Ainda, 15,8% informa preferência por ligações telefônicas.

Fortaleza apresenta uma nota 9.9 na Escala Brasil Transparente de 2020 da Controladoria-Geral da União (CGU), que avalia a transparência pública em relação à promoção do acesso à informação.

De acordo com o Mapa de Governo Digital de 2022, a capital responde positivamente a 5 dos 12 indicadores avaliados de gestão e infraestrutura (42%) e 37 dos 59 indicadores de oferta (63%).

Recomendações:

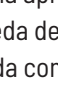
1. Melhorar a experiência do usuário. Considerando que a capital cearense apresenta a maior proporção de moradores que enfrentam dificuldades na solicitação de serviços à prefeitura, em conjunto com a informação de que os moradores do município preferem acessar os serviços via aplicativo e site da prefeitura, mas também via atendimento presencial, é importante implementar iniciativas para simplificar e otimizar os canais de atendimento. A implementação de plataformas digitais mais intuitivas, que permitam a solicitação e acompanhamento de serviços de forma rápida e eficiente, é fundamental. Além disso, é importante conduzir capacitações aos servidores para um atendimento mais ágil e qualificado, tanto no ambiente digital quanto presencial, visando a redução das dificuldades enfrentadas pelos moradores. Investir em ferramentas de avaliação dos usuários permite a gestão municipal ajustar continuamente seus serviços às reais necessidades da população.
2. Aprimorar as informações dos serviços. Para abordar os principais problemas identificados, como a falta de informações para a realização dos serviços, é essencial melhorar a comunicação e a transparência. A criação e atualização de cartas de serviços ao usuário, FAQs atualizadas e sistemas de suporte ao usuário mais acessíveis são medidas possíveis. Assegurar que as informações relevantes estejam disponíveis e sejam facilmente compreendidas pelos cidadãos pode reduzir as dificuldades no atendimento e aumentar a satisfação geral.
3. Priorizar e aprimorar os meios de acesso a serviços digitais de preferência dos moradores de Fortaleza. No caso da capital cearense, duas formas principais de acesso merecem atenção. A primeira é o acesso via aplicativos. Diante das falhas relatadas, como a incapacidade de completar serviços, é essencial desenvolver aplicativos mais intuitivos, com funcionalidades ampliadas, e realizar atualizações frequentes, garantindo uma experiência eficiente e satisfatória para os usuários. A segunda é o site da prefeitura. Para garantir uma boa experiência, o site deve ser atualizado, intuitivo e adaptado para dispositivos móveis, permitindo um uso eficiente via celular. Ainda, é importante compreender de maneira territorializada a concentração de demandas por postos de atendimento presencial, a fim de garantir que toda a população seja adequadamente atendida.

João Pessoa

Educação

João Pessoa aumentou 7,2 pontos percentuais na taxa líquida de matrículas em creches entre 2021 (22,8%) e 2023 (30%). Na série histórica de 2010 a 2023, a taxa do município permanece próxima a do Estado da Paraíba, com diferenças de no máximo três pontos percentuais. No comparativo entre as capitais da região Nordeste em 2023, a capital apresenta a quarta maior taxa.

O município atingiu a meta do IDEB em 2017 e 2019, com excedentes de 0,1 e 0,2, respectivamente. No entanto, não conseguiu alcançá-la em 2021. No IDEB de 2023, apresentou uma melhoria de 0,4 em comparação a 2021.



Para refletir

Antes da pandemia, o município apresentou bons resultados no IDEB, o que indica a necessidade de retomada do progresso interrompido. É essencial que João Pessoa fortaleça suas políticas educacionais, priorizando a melhoria no desempenho acadêmico e na equidade educacional.

A taxa de abandono escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental da capital paraibana apresentou um crescimento em 2021 (1,6) e 2022 (1,8). Em 2023, registrou uma queda de 44%, com taxa 1. É a segunda maior taxa entre as capitais nordestinas, empatada com Salvador.

João Pessoa registrou um aumento de cerca de 2% na taxa de distorção de idade-série entre 2021 (19,9) e 2023 (20,3). É a quinta maior taxa entre as capitais da região em 2023.

A capital paraibana incrementou o gasto per capita em educação de R\$518,27 em 2020 a R\$822,23 em 2023. Um aumento de R\$303,96.

Recomendações:

- Fortalecer políticas de formação continuada de professores e de recomposição da aprendizagem. Considerando os resultados do João Pessoa no IDEB no período anterior à pandemia, é importante retomar e fortalecer iniciativas de recomposição da aprendizagem que estejam relacionadas às Competências da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e investir em práticas pedagógicas inovadoras que atendam às necessidades específicas dos alunos são estratégias para promover uma melhoria contínua na qualidade da educação do município. O estudo “Recomposição das aprendizagens: estratégias educacionais para enfrentar os desafios da pandemia” do Instituto Natura e Fundação Lemann descreve experiências interessantes para inspiração como o programa de tutoria e mentoria online da Prefeitura do Rio de Janeiro, “Tá On!” para turmas especiais de regularização de fluxo. O estudo pode ser [acessado aqui](#).
- Ampliar a cobertura de creches no município. A meta do Plano Nacional de Educação era de no mínimo 50% das crianças de 0 a 3 anos nas creches em 2016. Mesmo com um crescimento da taxa líquida de matrículas em creches, a capital paraibana continua distante de atingir essa meta. Considerando as soluções por parte do poder público, é importante investir em um plano de expansão das creches e de vagas levando em consideração uma análise territorial das demandas e priorizando regiões com menor cobertura e maiores vulnerabilidades.
- Combater o abandono escolar e reduzir taxas de distorção de idade-série. Implementar políticas preventivas e de intervenção precoce. Um exemplo interessante é o Pacto estadual pelo enfrentamento à infrequência, ao abandono e à evasão escolar (PEEIAE), que estabelece medidas articuladas para diagnosticar as causas e planejar, executar, monitorar e avaliar ações, programas e serviços de forma intersetorial para enfrentamento do problema. Já foi implementado no Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ainda, estratégias focadas na redução da taxa de distorção de idade-série são importantes no contexto de acréscimo da taxa nos últimos anos. Nesse sentido, são recomendações do estudo da UNICEF que pode ser acessado aqui: (i) Mapear estudantes com distorção idade-série nas escolas públicas do município e (ii) Implementar estratégia de oferta de currículos específicos para estudantes em distorção idade-série nas escolas públicas do município.

Saúde

João Pessoa se destaca como a terceira capital mais bem avaliada entre as nove da região Nordeste, de acordo com os indicadores da pesquisa na dimensão de saúde.

A capital paraibana incrementou o gasto per capita em saúde de R\$889,80 em 2020 a R\$1.266,4 em 2023, computando um aumento de R\$376,6. É o terceiro maior gasto per capita em saúde entre as capitais nordestinas em 2023. Teresina lidera com R\$1.723,60,, seguida de Natal com R\$1.308,02.

O município registrou um aumento significativo em torno de 36 pontos percentuais na cobertura da Atenção Básica entre janeiro de 2021 a setembro de 2023, passando de 48,43% para 84,32%.

Em relação à mortalidade por óbitos evitáveis entre 5 e 74 anos, João Pessoa apresentou uma queda de cerca de 30,5% dos registros entre 2021 e 2023, passando de 4.307 a 2.992.

João Pessoa passou de uma cobertura vacinal de 43,01% em 2021 para 35,36% em 2023. Uma queda relevante de aproximadamente 8 pontos percentuais. O município registra a terceira menor cobertura vacinal entre as capitais nordestinas em 2023.

100% da população de João Pessoa possui acesso aos serviços de abastecimento de água, enquanto a média do estado da Paraíba é de 74,77%. Conforme os dados do SNIS 2022, somente 89,12% da população do município tem acesso aos serviços de esgotamento sanitário. A média do estado é de 57,34%.

Recomendações:

- Implementar estratégias para aumentar a cobertura vacinal: Frente a queda expressiva da cobertura vacinal do município, recomenda-se a adoção de estratégias como as elencadas no estudo da Subsecretaria de Saúde Gerência de Informações Estratégicas em Saúde CONECTA-SUS que pode ser [acessado aqui](#). Destaca-se o uso de recursos de saúde digital como mensagens de texto e aplicativos com informações sobre os imunizantes, opção para agendamento em unidades de vacinação e alerta para doses em atraso. Ainda, o estudo demonstra que estratégias de educação em saúde são efetivas.
- Investir na melhoria da gestão eficiente dos recursos de saúde, garantindo a alocação adequada dos recursos disponíveis, a redução de desigualdades e a otimização das operações para maximizar a eficiência dos serviços prestados. É importante prezar pela gestão com base em evidências, para que a alocação dos recursos seja realizada de forma efetiva visando a entrega de serviços de qualidade de forma igualitária. Um guia útil é o de Componentes Básicos da Gestão com Base em Evidência elaborado pelo Insper e pelo Instituto Ayrton Senna, que pode ser [acessado aqui](#).
- Implementar modelos de monitoramento e avaliação robustos: Com o intuito de garantir a eficácia e a transparência dos recursos, é importante desenvolver e adotar modelos robustos de monitoramento e avaliação das despesas e políticas de saúde. Avaliações contínuas garantem que o aumento do financiamento seja bem gerido e que os recursos possam ser alocados de forma a reduzir desigualdades e garantir acesso a serviços de saúde de qualidade.

Desenvolvimento Econômico

João Pessoa está em quarto lugar na classificação em relação à dimensão de desenvolvimento econômico na avaliação dos indicadores da pesquisa entre as nove capitais da região Nordeste.

Desde 2021, a capital da Paraíba apresenta um saldo positivo de empregos formais conforme dados do Novo Caged. Em 2023, foram 10.428. Por grande grupamento de atividade econômica, é de 73% em serviços, 17% construção, 13% comércio e 0,4% agropecuária. O setor de indústria apresentou uma redução de 484 postos de trabalho formais neste ano.

Considerando até julho de 2024, o saldo de empregos formais de João Pessoa é de 8.983, com 64% em serviços, 28% construção e 10% comércio. No período, dois setores reduziram, com o saldo do setor de indústria reduzindo 163 postos de emprego formal e o setor agropecuário 35 postos de trabalho formais.

De acordo com o Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, estudo sobre o ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso a capital, inovação, capital humano e cultura dos municípios brasileiros, João Pessoa está na 46ª posição no ranking geral.

Recomendações:

- Aprimorar o mercado econômico do município. Considerando as pontuações do Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, João Pessoa apresenta a menor pontuação na dimensão de mercado. É recomendado a análise aprofundada dos dados e sugere-se algumas iniciativas que prezem pela criação de um ambiente mais favorável ao desenvolvimento de empresas de diferentes portes, com foco na diversificação das atividades econômicas e no estímulo à exportação. A gestão municipal deve investir em infraestrutura, especialmente em conectividade digital, e oferecer incentivos fiscais que atraiam novas empresas, principalmente as de médio e grande porte, que impulsionam o PIB per capita e geram mais empregos qualificados. Além disso, promover programas de capacitação para empresas locais visando à exportação e incentivar parcerias público-privadas podem ser ações decisivas para fomentar o crescimento sustentável.
- Aprimorar ambiente regulatório. Além disso, o ICE 2023 aponta para potencial de melhoria no ambiente regulatório da capital paraibana. O estudo avalia aspectos como o tempo de trâmites administrativos, tributação e a complexidade burocrática. Simplificar processos e tornar o ambiente mais previsível para empreendedores pode atrair mais investimentos e dinamizar a economia local. A digitalização de serviços e a criação de incentivos fiscais para pequenas e médias empresas são algumas sugestões possíveis.
- Fortalecer políticas de inclusão produtiva: A inclusão produtiva é fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável de João Pessoa, especialmente em um contexto de desigualdades sociais. O município deve promover programas que incentivem a capacitação e inserção no mercado de trabalho de populações vulneráveis, como jovens, mulheres e pessoas em situação de pobreza. Além disso, integrar iniciativas de empreendedorismo com foco na economia solidária e sustentável pode criar novas oportunidades para os cidadãos, com ênfase no fortalecimento das micro e pequenas empresas.

Proteção Social

Panorama famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) no município de João Pessoa entre janeiro de 2021 a janeiro de 2023:

- Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza: 64.948 a 106.057. Aumento de aproximadamente 63%
- Quantidade de famílias em situação de pobreza: 7.063 a 9.091. Aumento de aproximadamente 29%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo: 88.833 a 138.351. Aumento de aproximadamente 55%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo: 15.642 a 21.377. Aumento de aproximadamente 37%

Recomendações:

- Desenhar e implementar estratégias para enfrentar a multidimensionalidade da pobreza, considerando não apenas a renda, mas também fatores como acesso a serviços básicos, educação, saúde, moradia e segurança alimentar. Diante do contexto de aumento significativo de famílias em situação de extrema pobreza e de renda per capita mensal acima de meio salário mínimo no período analisado, é fundamental desenvolver políticas intersetoriais que integrem ações de inclusão produtiva, proteção social e desenvolvimento urbano sustentável. Além disso, monitorar e avaliar de forma contínua o impacto das políticas públicas, ajustando-as conforme as necessidades da população, especialmente aquelas em situação de extrema pobreza. Fortalecer parcerias com a sociedade civil e organizações locais pode ser uma estratégia eficaz para ampliar o alcance e a efetividade dessas iniciativas.
- Fortalecer o Sistema de Assistência Social Municipal. Garantir a cobertura e adequação dos serviços de assistência social às necessidades identificadas nas avaliações contínuas dos serviços prestados e na análise dos dados, com o objetivo de aumentar a capacidade de resposta às demandas da população. Ressalta-se ainda que o Cadastro Único é um instrumento para focalização de políticas públicas que pode ser utilizado pela prefeitura na gestão e tomada de decisões voltadas à identificação das famílias em situação de vulnerabilidade. As informações disponíveis possibilitam a elaboração de diagnósticos e de políticas sociais. Por isso, a atualização e manutenção do CadÚnico deve ser tratada como uma prioridade pela gestão municipal.
- Promover políticas de igualdade racial e de gênero. A promoção de políticas de igualdade racial e de gênero deve ser tratada como uma prioridade para a construção de uma cidade mais justa e inclusiva. As iniciativas da Prefeitura precisam ser continuamente monitoradas e avaliadas em termos de impacto, permitindo ajustes e redirecionamento de recursos conforme necessário. É essencial garantir que os programas alcancem seus objetivos e, quando necessário, recebam maiores investimentos para ampliar sua eficácia.
- Priorizar medidas de adaptação e mitigação climática de forma integrada. As mudanças climáticas afetam desproporcionalmente as populações em situação de vulnerabilidade, tornando fundamental a adoção de medidas abrangentes e coordenadas nas políticas públicas para aumentar a resiliência das comunidades. Possíveis recomendações incluem o mapeamento dos riscos climáticos e de vulnerabilidades; bem como o planejamento e implementação de intervenções estruturais e não estruturais. Uma referência de conteúdo de com boas práticas e orientações são os guias do Escritório da Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres de como construir cidades mais resilientes que podem ser [acessados aqui](#).

Mobilidade Urbana

Entre 2017 a 2022, a capital da Paraíba apresentou um acréscimo significativo em torno de 65% no número de interações por sinistro de trânsito por 100 mil habitantes, passando de 236 a 389. Considerando de 2017 a 2021, a taxa de mortalidade por sinistro de trânsito por 100 mil habitantes teve uma redução de cerca de 12,5%, passando de 24 para 21.

Em relação ao impacto no gasto mensal com Transporte Público³, João Pessoa ocupa a 16ª posição na classificação entre as capitais brasileiras com impacto no salário de 17,49%.

Recomendações:

- Avaliar o modelo de remuneração de operadores e o impacto no gasto mensal. Analisar os custos diretos e indiretos para os usuários do transporte público do município e o impacto sobre a acessibilidade e uso. Utilizar essas informações para ajustar políticas, garantindo que o transporte público seja acessível e financeiramente sustentável. Ainda, é importante avaliar modelos de remuneração que levem em consideração indicadores de qualidade que possam aumentar a qualidade do serviço em relação às dores de seus usuários.
- Fomentar políticas de segurança viária. Diante do aumento expressivo da taxa de interações por sinistro de trânsito em João Pessoa, recomenda-se a adoção de medidas como: readequar os limites de velocidade, favorecer baixas velocidades a partir do desenho viário e criar uma política de segurança viária estruturada e abrangente no âmbito municipal. Essas são as principais recomendações do Guia de Soluções para Incentivar a Segurança Viária que pode ser [acessado aqui](#).
- Fortalecer as ouvidorias. Reforçar o papel das ouvidorias na coleta e análise de feedback dos cidadãos é fundamental para identificar e resolver problemas relacionados ao atendimento público. Para além da criação e manutenção de canais de comunicação eficazes, como o atendimento presencial, por WhatsApp, telefone e FalaBR, destaca-se a formação de equipes dedicadas a lidar com queixas e sugestões de maneira proativa. Ademais, implementar processos para monitorar e responder às reclamações em tempo hábil pode melhorar a transparência e a satisfação dos cidadãos.

3. Estudo pode ser [acessado aqui](#).

Educação

Maceió cresceu a taxa líquida de matrículas em creches em 5,8 pontos percentuais, passando de 9,5% em 2021 para 15,3% em 2023. Na série histórica de 2010 a 2023, a capital registra uma taxa maior que a do Estado de Alagoas. O município registrou em 2023 a menor taxa e o menor crescimento em pontos percentuais entre as capitais da região Nordeste.

A capital de Alagoas superou as metas do IDEB 2017 e 2019, excedendo-as por 0,2 pontos em ambos os anos. No entanto, em 2021, a cidade não conseguiu atingir a meta estabelecida. Em 2023, o IDEB apresentou uma melhora de 0,4 pontos em relação a 2021, igualando o maior índice já registrado pelo município, que havia sido alcançado anteriormente em 2019, sinalizando assim uma retomada positiva.

Em 2019, o município tinha uma taxa de abandono escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental de 0,3. Em 2020, a taxa aumentou para 2,6 e reduziu para 2,4 em 2021. Em 2023, houve uma recuperação significativa, com a taxa reduzida para 0,8, representando uma queda de aproximadamente 69% entre 2021 e 2023.

Em relação à taxa de distorção de idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental, Maceió registrou um aumento de 26 em 2021 para 31,7 em 2023, representando um acréscimo de cerca de 22%. É o município com a maior taxa de distorção idade-série entre as capitais nordestinas desde 2021. O segundo lugar, Salvador, registrou em 2023 uma taxa de 30,6.

A capital alagoana incrementou o gasto per capita em educação de R\$316,34 em 2020 a R\$601,83 em 2023. Aumento de R\$285,49. É o segundo menor gasto per capita entre as capitais nordestinas no período analisado. O primeiro é de Natal, com um valor muito próximo de R\$598,07.

Recomendações:

- Ampliar a cobertura de creches no município. A meta do Plano Nacional de Educação era de no mínimo 50% das crianças de 0 a 3 anos nas creches em 2016. Mesmo com um crescimento da taxa líquida de matrículas em creches, a capital alagoana continua distante de atingir essa meta. Considerando as soluções por parte do poder público, é importante investir em um plano de expansão das creches e de vagas levando em consideração uma análise territorial das demandas e priorizando regiões com menor cobertura e maiores vulnerabilidades.
- Aumentar gradualmente o financiamento da educação. Para melhorar os resultados educacionais, é recomendado aumentar progressivamente o financiamento destinado à educação, focando na equidade e na eficiência da alocação dos recursos. A criação de um plano de investimentos a longo prazo, com metas claras para redução da distorção idade-série, expansão de creches e melhoria dos índices de qualidade, pode orientar esse aumento de recursos, garantindo que o investimento seja direcionado para áreas com maior necessidade e impacto. É possível ver propostas para garantir os recursos financeiros da pasta como recomendação 10 do documento do Todos Pela Educação que pode ser [acessado aqui](#).
- Fortalecer políticas de formação continuada de professores e de recomposição da aprendizagem. Considerando os resultados de Maceió no IDEB no período anterior à pandemia, é importante retomar e fortalecer iniciativas de recomposição da aprendizagem que estejam relacionadas às Competências da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e investir em práticas pedagógicas inovadoras que atendam às necessidades específicas dos alunos são estratégias para promover uma melhoria contínua na qualidade da educação do município. O estudo “Recomposição das aprendizagens: estratégias educacionais para enfrentar os desafios da pandemia” do Instituto Natura e Fundação Lemann descreve experiências interessantes para inspiração como o programa de tutoria e mentoria online da Prefeitura do Rio de Janeiro, “Tá On!” para turmas especiais de regularização de fluxo. O estudo pode ser [acessado aqui](#).

Saúde

Maceió ocupa a sexta posição entre as nove da região Nordeste, de acordo com os indicadores da pesquisa na dimensão de saúde.

A capital alagoana incrementou o gasto per capita em saúde de R\$770,74 em 2020 a R\$1.247,4 em 2023, computando um aumento de R\$476,66. Maceió registra a menor cobertura de Atenção Básica entre as capitais da região Nordeste no período analisado, apresentando um pequeno crescimento em torno de 7 pontos percentuais entre janeiro de 2021 (24,94%) a setembro de 2023 (31,51%).

Em relação à mortalidade por óbitos evitáveis entre 5 e 74 anos, Maceió apresentou uma queda de cerca de 20% dos registros entre 2021 e 2023, passando de 5.270 a 4.208. Foi a menor queda percentual registrada entre as capitais do Nordeste no período.

Em 2021, o município apresentava uma cobertura vacinal de 62,55%. No entanto, até 2023, houve uma queda significativa em torno de 10 pontos percentuais, reduzindo a cobertura para 52,16%. Apesar da redução, o município apresenta a segunda maior cobertura, atrás de Teresina com 52,37%.

86,91% da população total de Maceió possui acesso aos serviços de abastecimento de água. A média do estado de Alagoas é de 76,2%. Segundo o SNIS 2022, 28,1% da população total do município tem acesso a os serviços de esgotamento sanitário, enquanto a média do estado é de 28,84%.

Recomendações:

- Ampliar e qualificar a Atenção Básica. Apesar de ter registrado um pequeno aumento na cobertura de Atenção Básica, o município possui a menor cobertura entre as capitais da região. Neste sentido, medidas para aumentar a cobertura podem incluir (i) o mapeamento da cobertura geográfica das equipes de saúde no território, identificando vazios sanitários; (ii) o planejamento da expansão; (iii) implementação de estruturas físicas; (iv) recrutamento e seleção de equipes de Saúde da Família, conforme Agenda Saúde na Cidade, realizado pelo Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), Impulso e Instituto Arapyaú, que pode ser [acessado aqui](#).
- Priorizar políticas intersetoriais de garantia de acesso à água, tratamento de esgoto, drenagem e gestão de resíduos sólidos. Como responsável pelos serviços de saneamento básico, o município tem a atribuição indelegável de planejar e assegurar o controle social sobre os serviços, além de delegar a regulação e definir as modalidades de prestação desses serviços. De acordo com o guia “Municípios e saneamento nas eleições 2024” do Instituto Água e Saneamento que pode ser [acessado aqui](#), a agenda municipal de saneamento básico e segurança hídrica deve incluir ações de planejamento, transparência e participação social, meio ambiente e clima e emergência.
- Implementar estratégias para aumentar a cobertura vacinal: Frente a queda da cobertura vacinal do município, recomenda-se a adoção de estratégias como as elencadas no estudo da Subsecretaria de Saúde Gerência de Informações Estratégicas em Saúde CONECTA-SUS que pode ser [acessado aqui](#). Destaca-se o uso de recursos de saúde digital como mensagens de texto e aplicativos com informações sobre os imunizantes, opção para agendamento em unidades de vacinação e alerta para doses em atraso. Ainda, o estudo demonstra que estratégias de educação em saúde são efetivas.

Desenvolvimento Econômico

Maceió ocupa o último lugar na classificação em relação à dimensão de desenvolvimento econômico na avaliação dos indicadores da pesquisa entre as nove capitais da região Nordeste.

A capital de Alagoas possui desde 2021 um saldo positivo de empregos formais segundo dados do Novo Caged. Em 2023, de acordo com os grandes grupamentos de atividade econômica, o município apresentou um saldo de 12.351 empregos formais, considerando 73% em serviços, 16% em comércio, 11% em construção e 1% indústria. O setor de agropecuária registrava um saldo negativo de -136 empregos formais neste ano.

Até julho de 2024, Maceió apresentava um saldo positivo de 7.375 empregos formais, com cerca de 70% em serviços, 15% construção, 5,5% indústria, 5% comércio e 4% agropecuária.

Segundo o Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, estudo sobre o ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso a capital, inovação, capital humano e cultura dos municípios brasileiros, Maceió está na 55ª posição no ranking geral.

Recomendações:

- Aprimorar o mercado econômico do município. Considerando as pontuações do Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, Maceió apresenta a menor pontuação na dimensão de mercado. É recomendado a análise aprofundada dos dados e sugere-se algumas iniciativas que prezem pela criação de um ambiente mais favorável ao desenvolvimento de empresas de diferentes portes, com foco na diversificação das atividades econômicas e no estímulo à exportação. A gestão municipal deve investir em infraestrutura, especialmente em conectividade digital, e oferecer incentivos fiscais que atraiam novas empresas, principalmente as de médio e grande porte, que impulsionam o PIB per capita e geram mais empregos qualificados. Além disso, promover programas de capacitação para empresas locais visando à exportação e incentivar parcerias público-privadas podem ser ações decisivas para fomentar o crescimento sustentável.
- Investir em melhorias de infraestrutura: Outra dimensão que pode ser aprimorada, segundo o ICE 2023, é a de infraestrutura. Indicadores como transporte interurbano e condições urbanas apontam áreas para possíveis melhorias. O município deve concentrar esforços em melhorar a conectividade e mobilidade urbana, otimizando o transporte público, estradas e telecomunicações, que são essenciais para atrair novos negócios e melhorar a qualidade de vida dos moradores.
- Fortalecer políticas de inclusão produtiva: A inclusão produtiva é fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável de Maceió, especialmente em um contexto de desigualdades sociais. O município deve promover programas que incentivem a capacitação e inserção no mercado de trabalho de populações vulneráveis, como jovens, mulheres e pessoas em situação de pobreza. Além disso, integrar iniciativas de empreendedorismo com foco na economia solidária e sustentável pode criar novas oportunidades para os cidadãos, com ênfase no fortalecimento das micro e pequenas empresas.

Proteção Social

Panorama famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) no município de Maceió entre janeiro de 2021 a janeiro de 2023:

- Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza: 49.862 a 102.931. Aumento de aproximadamente 106%
- Quantidade de famílias em situação de pobreza: 20.249 a 19.913. Redução de aproximadamente 1,6%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo: 104.217 a 163.841. Aumento de aproximadamente 57%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo: 28.063 a 39.925. Aumento de aproximadamente 42%

Recomendações:

- Desenhar e implementar estratégias para enfrentar a multidimensionalidade da pobreza, considerando não apenas a renda, mas também fatores como acesso a serviços básicos, educação, saúde, moradia e segurança alimentar. Diante do contexto de aumento expressivo de famílias em situação de extrema pobreza e de renda per capita mensal acima de meio salário mínimo no período analisado, é fundamental desenvolver políticas intersetoriais que integrem ações de inclusão produtiva, proteção social e desenvolvimento urbano sustentável. Além disso, monitorar e avaliar de forma contínua o impacto das políticas públicas, ajustando-as conforme as necessidades da população, especialmente aquelas em situação de extrema pobreza. Fortalecer parcerias com a sociedade civil e organizações locais pode ser uma estratégia eficaz para ampliar o alcance e a efetividade dessas iniciativas.
- Considerar o contexto de desastres em Maceió, como os impactos da Braskem, além de medidas de adaptação e mitigação climática de forma integrada. O contexto de desastres em Maceió impõem a necessidade de abordar tanto os impactos ambientais da Braskem quanto a necessidade de medidas integradas de adaptação e mitigação climática. A exploração de sal-gema pela empresa Braskem trouxe graves consequências, como o deslocamento de moradores, especulação imobiliária e impactos desproporcionais às populações em situação de vulnerabilidade. É importante que a prefeitura trate o tema com prioridade. Além disso, a pauta das mudanças climáticas precisa ser incorporada de forma estratégica nas políticas públicas, adotando medidas abrangentes e coordenadas para aumentar a resiliência das comunidades. Entre as recomendações, destacam-se o mapeamento dos riscos climáticos e das vulnerabilidades locais, além do planejamento e implementação de intervenções estruturais (como melhorias na infraestrutura urbana) e não estruturais (como a conscientização e capacitação da população). Uma referência de conteúdo de com boas práticas e orientações são os guias do Escritório da Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres de como construir cidades mais resilientes que podem ser [acessados aqui](#).
- Fortalecer o Sistema de Assistência Social Municipal. Garantir a cobertura e adequação dos serviços de assistência social às necessidades identificadas nas avaliações contínuas dos serviços prestados e na análise dos dados, com o objetivo de aumentar a capacidade de resposta às demandas da população. Ressalta-se ainda que o Cadastro Único é um instrumento para focalização de políticas públicas que pode ser utilizado pela prefeitura na gestão e tomada de decisões voltadas à identificação das famílias em situação de vulnerabilidade. As informações disponíveis possibilitam a elaboração de diagnósticos e de políticas sociais. Por isso, a atualização e manutenção do CadÚnico deve ser tratada como uma prioridade pela gestão municipal.
- Promover políticas de igualdade racial e de gênero. A promoção de políticas de igualdade racial e de gênero deve ser tratada como uma prioridade para a construção de uma cidade mais justa e inclusiva. As iniciativas da Prefeitura precisam ser continuamente monitoradas e avaliadas em termos de impacto, permitindo ajustes e redirecionamento de recursos conforme necessário. É essencial garantir que os programas alcancem seus objetivos e, quando necessário, recebam maiores investimentos para ampliar sua eficácia.

Mobilidade Urbana

Entre 2017 a 2022, o município aumentou a taxa de internações por sinistro de trânsito por 100 mil habitantes de 76 para 80, o que corresponde a um pequeno acréscimo de 5%. Considerando o período de 2017 a 2021, a taxa de mortalidade em sinistro de trânsito por 100 mil habitantes permaneceu praticamente estável, de 16 a 15.

Maceió apresenta um impacto de 16,57% no gasto mensal com Transporte Público, segundo estudo entre capitais brasileiras⁴. O município ocupa a 12ª de 28 posições, empatada com Manaus, Natal e Vitória.

Recomendações:

- Fortalecer iniciativas de mobilidade ativa. Com o objetivo de promover a segurança no trânsito e a qualidade de vida da população, é recomendada a adoção e aprimoramento de medidas voltadas à mobilidade ativa, como a criação de calçadas seguras e ciclovias. Além disso, as avaliações dos projetos de infraestrutura devem ser divulgadas e abertas à participação pública, permitindo que os cidadãos contribuam para a identificação e avaliação dos impactos na redução de acidentes, na diminuição da poluição e no incentivo a hábitos de vida mais saudáveis.
- Avaliar o modelo de remuneração de operadores e o impacto no gasto mensal. Analisar os custos diretos e indiretos para os usuários do transporte público do município e o impacto sobre a acessibilidade e uso. Utilizar essas informações para ajustar políticas, garantindo que o transporte público seja acessível e financeiramente sustentável. Ainda, é importante avaliar modelos de remuneração que levem em consideração indicadores de qualidade que possam aumentar a qualidade do serviço em relação às dores de seus usuários.
- Promover e divulgar resultados de pesquisas de avaliação contínua da mobilidade urbana. Investir na realização e divulgação regular de pesquisas sobre a eficácia das políticas de transporte, a satisfação dos usuários e as áreas que necessitam de melhorias. Divulgar os resultados a fim de garantir transparência e promover ações informadas para o aumento da qualidade do transporte público.

Gestão da Qualidade

Maceió apresenta uma nota 9,8 na Escala Brasil Transparente de 2020 da Controladoria-Geral da União (CGU), que avalia a transparência pública em relação à promoção do acesso à informação.

De acordo com o Mapa de Governo Digital de 2022, a capital responde positivamente a 7 dos 12 indicadores avaliados de gestão e infraestrutura (58%) e 34 dos 59 indicadores de oferta (57%).

Recomendações:

- Promover iniciativas de melhoria da gestão e infraestrutura. Diante da margem de melhoria aos indicadores de gestão e infraestrutura no Mapa de Governo Digital, Maceió pode investir em desenvolver parcerias para melhorar a infraestrutura de tecnologia de informação e comunicação (TIC) no setor público municipal, além de fortalecer os programas ou ações de inclusão digital.
- Implementar novos formatos de oferta de serviços digitais. A capital de Alagoas também apresenta uma margem de melhoria aos indicadores de oferta de acordo com o Mapa de Governo Digital. Em busca de avançar na transformação digital, Maceió pode criar um aplicativo de celular para solicitação de serviços, além de possibilitar consultas públicas e grupos de discussão como fóruns ou comunidades pela internet, entre outros. Além de modernizar a oferta de serviços, iniciativas similares também promovem uma maior participação cidadã e uma gestão mais transparente e eficiente.
- Realizar e divulgar avaliações contínuas de serviços prestados. Como estabelecido na Lei Federal 13.460/2017, é responsabilidade do município realizar e publicar os resultados das avaliações contínuas de serviços prestados pela administração direta e indireta do município. Nesse sentido, a implementação da lei é um passo importante para promover a qualidade dos serviços públicos de Maceió.

4. Estudo pode ser [acessado aqui](#).

Educação

A taxa líquida de matrículas em creches de Natal aumentou de 19,1% em 2021 para 29,8% em 2023. Um acréscimo de 10,7 pontos percentuais. Na série histórica entre 2010 e 2023, a capital registra uma taxa inferior à do Estado do Rio Grande do Norte. A capital do Rio Grande do Norte apresenta a quinta maior taxa no comparativo entre as capitais nordestinas no ano de 2023.

Natal atingiu a meta do IDEB 2017, porém não alcançou as metas nos anos de 2019 e 2021. O município apresentou um crescimento de 0,2 no comparativo do índice de 2019 (4,4) e 2023 (4,6). No entanto, não foi suficiente para superar o valor do IDEB 2017 (4,8). Em 2023, a capital do Rio Grande do Norte registrou, em número absoluto, o menor índice no comparativo entre as capitais nordestinas.

A capital apresentou uma alta na taxa de abandono escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental de 0,2 em 2020 para 3,6 em 2021. Em 2022, registrou 2,1 e uma taxa de 1,3 em 2023. Apesar de ter reduzido em 64% entre 2021 e 2023, Natal registrou a maior taxa de abandono escolar entre as capitais nordestinas no último ano analisado.

A taxa de distorção de idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental aumentou de 13,9 em 2021 para 16,6 em 2023, o que representa um aumento de aproximadamente 19%. Mesmo com o acréscimo, Natal apresenta a segunda menor taxa entre as capitais da região em 2023, ficando atrás apenas de Teresina (10,7).

A capital incrementou o gasto per capita em educação de R\$450,78 em 2020 a R\$598,07 em 2023. Aumento de R\$147,29. É o menor gasto per capita entre as capitais nordestinas em 2023 e o menor aumento nominal no período analisado.

Recomendações:

- Combater o abandono escolar. Implementar políticas preventivas e de intervenção precoce, que identifiquem os fatores de risco e ofereçam suporte contínuo aos estudantes. Um exemplo interessante é o Pacto estadual pelo enfrentamento à infrequência, ao abandono e à evasão escolar (PEEIAE), que estabelece medidas articuladas para diagnosticar as causas e planejar, executar, monitorar e avaliar ações, programas e serviços de forma intersetorial para enfrentamento do problema. Já foi implementado no Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais.
- Ampliar a cobertura de creches no município. A meta do Plano Nacional de Educação era de no mínimo 50% das crianças de 0 a 3 anos nas creches em 2016. Mesmo com um crescimento da taxa líquida de matrículas em creches, Natal continua distante de atingir essa meta. Considerando as soluções por parte do poder público, é importante investir em um plano de expansão das creches e de vagas levando em consideração uma análise territorial das demandas e priorizando regiões com menor cobertura e maiores vulnerabilidades.
- Aumentar gradualmente o financiamento da educação. Para melhorar os resultados educacionais, é recomendado aumentar progressivamente o financiamento destinado à educação, focando na equidade e na eficiência da alocação dos recursos. A criação de um plano de investimentos a longo prazo, com metas claras para redução da distorção idade-série, expansão de creches e melhoria dos índices de qualidade, pode orientar esse aumento de recursos, garantindo que o investimento seja direcionado para áreas com maior necessidade e impacto. É possível ver propostas para garantir os recursos financeiros da pasta como recomendação 10 do documento do Todos Pela Educação que pode ser acessado aqui.

Saúde

Natal ocupa a quarta posição entre as nove da região Nordeste, de acordo com os indicadores da pesquisa na dimensão de saúde.

A capital do Rio Grande do Norte incrementou o gasto per capita em saúde de R\$842,80 em 2020 a R\$1.308,02 em 2023. Aumento de R\$465,22. É o segundo maior gasto per capita em saúde entre as capitais nordestinas em 2023, ficando atrás somente de Teresina que lidera com R\$1.723,60.

Natal registra a terceira menor cobertura de Atenção Básica entre as capitais da região Nordeste no período analisado, apresentando um crescimento em torno de 18 pontos percentuais entre janeiro de 2021 (35,54%) a setembro de 2023 (53,9%). A capital fica na frente de Recife, com 50,04% e Maceió, com 31,51% de cobertura.

Em relação à mortalidade por óbitos evitáveis entre 5 e 74 anos, Natal apresentou uma queda de cerca de 29% dos registros entre 2021 e 2023, passando de 3.992 a 2.846.

Natal passou de uma cobertura vacinal de 60,67% em 2021 para 43,5% em 2023. Uma queda relevante de aproximadamente 17 pontos percentuais.

91,87% da população total de Natal possui acesso aos serviços de abastecimento de água, em comparação a 78,45% no estado do Rio Grande do Norte. Já 53,79% têm acesso aos serviços de esgotamento sanitário, enquanto a média do estado é de 39,88%, conforme dados do SNIS em 2022.

Recomendações:

- Implementar estratégias para aumentar a cobertura vacinal: Frente a queda da cobertura vacinal do município, recomenda-se a adoção de estratégias como as elencadas no estudo da Subsecretaria de Saúde Gerência de Informações Estratégicas em Saúde CONECTA-SUS que pode ser acessado aqui. Destaca-se o uso de recursos de saúde digital como mensagens de texto e aplicativos com informações sobre os imunizantes, opção para agendamento em unidades de vacinação e alerta para doses em atraso. Ainda, o estudo demonstra que estratégias de educação em saúde são efetivas.
- Investir na melhoria da gestão eficiente dos recursos de saúde, garantindo a alocação adequada dos recursos disponíveis, a redução de desigualdades e a otimização das operações para maximizar a eficiência dos serviços prestados. É importante prezar pela gestão com base em evidências, para que a alocação dos recursos seja realizada de forma efetiva visando a entrega de serviços de qualidade de forma igualitária. Um guia útil é o de Componentes Básicos da Gestão com Base em Evidência elaborado pelo Inspere e pelo Instituto Ayrton Senna, que pode ser acessado aqui.
- Ampliar e qualificar a Atenção Básica. Apesar de ter registrado um pequeno aumento na cobertura de Atenção Básica, o município possui a menor cobertura entre as capitais da região. Neste sentido, medidas para aumentar a cobertura podem incluir (i) o mapeamento da cobertura geográfica das equipes de saúde no território, identificando vazios sanitários; (ii) o planejamento da expansão; (iii) implementação de estruturas físicas; (iv) recrutamento e seleção de equipes de Saúde da Família, conforme Agenda Saúde na Cidade, realizado pelo Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), Impulso e Instituto Arapyaú, que pode ser acessado aqui.

Desenvolvimento Econômico

Natal está em terceiro lugar na classificação em relação à dimensão de desenvolvimento econômico na avaliação dos indicadores da pesquisa entre as nove capitais da região Nordeste.

A capital do Rio Grande do Norte apresenta, desde 2021, um saldo positivo de empregos formais. O saldo do ano de 2023 foi de 5.172. Por grande grupamento de atividade econômica, é de 34% em serviços, 27% construção, 26% comércio, 11% indústria e 1% agropecuária.

Até julho de 2024, o município registra um saldo de 7.111 empregos formais. 63% serviços, 20% indústria, 17% construção e 1% comércio. O setor de agropecuária apresentou uma redução de 70 postos de trabalho formais neste período.

Natal está na 49ª posição do ranking geral do Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, estudo sobre o ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso a capital, inovação, capital humano e cultura dos municípios brasileiros.

Recomendações:

- Aprimorar ambiente regulatório. De acordo com as pontuações do Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, Natal tem o potencial de melhorar seu ambiente regulatório. O estudo avalia aspectos como o tempo de trâmites administrativos, tributação e a complexidade burocrática. Simplificar processos e tornar o ambiente mais previsível para empreendedores pode atrair mais investimentos e dinamizar a economia local. A digitalização de serviços e a criação de incentivos fiscais para pequenas e médias empresas são algumas sugestões possíveis.
- Aprimorar acesso ao capital disponível. Outra dimensão que pode ser aprimorada, segundo o ICE 2023, é a de acesso a capital. Os indicadores avaliados possuem relação ao capital disponível, como as operações de créditos por município e proporção relativa de capital de risco. A gestão municipal deve analisar esses dados em detalhe para direcionar investimentos estratégicos e priorizar áreas de maior impacto econômico e social. Além disso, políticas que facilitem o acesso ao crédito para pequenos negócios e empreendedores locais são fundamentais para fomentar a inovação e o desenvolvimento sustentável no município.
- Fortalecer políticas de inclusão produtiva: A inclusão produtiva é fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável de Natal, especialmente em um contexto de desigualdades sociais. O município deve promover programas que incentivem a capacitação e inserção no mercado de trabalho de populações vulneráveis, como jovens, mulheres e pessoas em situação de pobreza. Além disso, integrar iniciativas de empreendedorismo com foco na economia solidária e sustentável pode criar novas oportunidades para os cidadãos, com ênfase no fortalecimento das micro e pequenas empresas.

Proteção Social

Panorama famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) no município de Natal entre janeiro de 2021 a janeiro de 2023:

- Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza: 49.708 a 84.703. Aumento de aproximadamente 70%
- Quantidade de famílias em situação de pobreza: 8.659 a 10.901. Aumento de aproximadamente 26%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo: 76.449 a 117.952. Aumento de aproximadamente 54%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo: 13.531 a 16.435. Aumento de aproximadamente 21%

Recomendações:

- Desenhar e implementar estratégias para enfrentar a multidimensionalidade da pobreza, considerando não apenas a renda, mas também fatores como acesso a serviços básicos, educação, saúde, moradia e segurança alimentar. Diante do contexto de aumento significativo de famílias em situação de extrema pobreza e de renda per capita mensal acima de meio salário mínimo no período analisado, é fundamental desenvolver políticas intersetoriais que integrem ações de inclusão produtiva, proteção social e desenvolvimento urbano sustentável. Além disso, monitorar e avaliar de forma contínua o impacto das políticas públicas, ajustando-as conforme as necessidades da população, especialmente aquelas em situação de extrema pobreza. Fortalecer parcerias com a sociedade civil e organizações locais pode ser uma estratégia eficaz para ampliar o alcance e a efetividade dessas iniciativas.
- Fortalecer o Sistema de Assistência Social Municipal. Garantir a cobertura e adequação dos serviços de assistência social às necessidades identificadas nas avaliações contínuas dos serviços prestados e na análise dos dados, com o objetivo de aumentar a capacidade de resposta às demandas da população. Ressalta-se ainda que o Cadastro Único é um instrumento para focalização de políticas públicas que pode ser utilizado pela prefeitura na gestão e tomada de decisões voltadas à identificação das famílias em situação de vulnerabilidade. As informações disponíveis possibilitam a elaboração de diagnósticos e de políticas sociais. Por isso, a atualização e manutenção do CadÚnico deve ser tratada como uma prioridade pela gestão municipal.
- Promover políticas de igualdade racial e de gênero. A promoção de políticas de igualdade racial e de gênero deve ser tratada como uma prioridade para a construção de uma cidade mais justa e inclusiva. As iniciativas da Prefeitura precisam ser continuamente monitoradas e avaliadas em termos de impacto, permitindo ajustes e redirecionamento de recursos conforme necessário. É essencial garantir que os programas alcancem seus objetivos e, quando necessário, recebam maiores investimentos para ampliar sua eficácia.
- Priorizar medidas de adaptação e mitigação climática de forma integrada. As mudanças climáticas afetam desproporcionalmente as populações em situação de vulnerabilidade, tornando fundamental a adoção de medidas abrangentes e coordenadas nas políticas públicas para aumentar a resiliência das comunidades. Possíveis recomendações incluem o mapeamento dos riscos climáticos e de vulnerabilidades; bem como o planejamento e implementação de intervenções estruturais e não estruturais. Uma referência de conteúdo de boas práticas e orientações são os guias do Escritório da Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres de como construir cidades mais resilientes que podem ser acessados aqui.

Mobilidade Urbana

Entre 2017 a 2022, o município aumentou o número de internações por sinistro de trânsito por 100 mil habitantes de 227 a 480, o que corresponde a uma redução de aproximadamente 111%. Considerando o período de 2017 a 2021, a taxa de mortalidade em sinistro de trânsito por 100 mil habitantes reduziu de 16 para 10, uma redução de cerca de 37,5%.

Natal apresenta um impacto de 16,57% no gasto mensal com Transporte Público, segundo estudo entre capitais brasileiras⁵. O município ocupa a 14ª de 28 posições, empatada com Maceió, Manaus e Vitória.

Recomendações:

- Fortalecer políticas de segurança viária. Diante do aumento expressivo da taxa de internações por sinistro de trânsito no município, recomenda-se fortalecer as políticas de segurança viária. Readequar os limites de velocidade, favorecer baixas velocidades a partir do desenho viário e criar uma política de segurança viária estruturada e abrangente no âmbito municipal são as principais recomendações do Guia de Soluções para Incentivar a Segurança Viária que pode ser acessado aqui.
- Fortalecer iniciativas de mobilidade ativa. Com o objetivo de promover a segurança no trânsito e a qualidade de vida da população, é recomendada a adoção e aprimoramento de medidas voltadas à mobilidade ativa, como a criação de calçadas seguras e cicloviárias. Além disso, as avaliações dos projetos de infraestrutura devem ser divulgadas e abertas à participação pública, permitindo que os cidadãos contribuam para a identificação e avaliação dos impactos na redução de acidentes, na diminuição da poluição e no incentivo a hábitos de vida mais saudáveis.
- Avaliar o modelo de remuneração de operadores e o impacto no gasto mensal. Analisar os custos diretos e indiretos para os usuários do transporte público do município e o impacto sobre a acessibilidade e uso. Utilizar essas informações para ajustar políticas, garantindo que o transporte público seja acessível e financeiramente sustentável. Ainda, é importante avaliar modelos de remuneração que levem em consideração indicadores de qualidade que possam aumentar a qualidade do serviço em relação às dores de seus usuários.

Gestão da Qualidade

Natal possui uma nota 6,59 na Escala Brasil Transparente de 2020 da Controladoria-Geral da União (CGU), que avalia a transparência pública em relação à promoção do acesso à informação.

De acordo com o Mapa de Governo Digital de 2022, a capital responde positivamente a 8 dos 12 indicadores avaliados de gestão e infraestrutura (66%) e 27 dos 59 indicadores de oferta (45%).

Recomendações:

- Implementar novos formatos de oferta de serviços digitais. Diante da baixa adesão aos indicadores de oferta de acordo com Mapa de Governo Digital e em busca de avançar na transformação digital, Natal pode implementar novos serviços digitais, além de criar espaços para consultas públicas online e grupos de discussão como fóruns ou comunidades, enquetes online sobre assuntos de interesse da prefeitura, entre outros. Um exemplo é a Guia de Serviços que permite filtrar por área, órgão responsável, bairros e perfil. A avaliação e aprimoramento do portal é importante para além de modernizar a oferta de serviços, promover uma maior participação cidadã e uma gestão mais transparente e eficiente.
- Realizar e divulgar avaliações contínuas de serviços prestados. Como estabelecido na Lei Federal 13.460/2017, é responsabilidade do município realizar e publicar os resultados das avaliações contínuas de serviços prestados pela administração direta e indireta do município. Nesse sentido, a implementação da lei é um passo importante para promover a qualidade dos serviços públicos de Natal.
- Fortalecer as ouvidorias. Reforçar o papel das ouvidorias na coleta e análise de feedback dos cidadãos é fundamental para identificar e resolver problemas relacionados ao atendimento público. Para além da criação e manutenção de canais de comunicação eficazes, destaca-se a formação de equipes dedicadas a lidar com queixas e sugestões de maneira proativa. Ademais, implementar processos para monitorar e responder às reclamações em tempo hábil pode melhorar a transparência e a satisfação dos cidadãos.

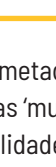
5. Estudo pode ser [acessado aqui](#).

Recife

Educação

Recife apresenta o maior nível de insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') entre as três capitais nordestinas avaliadas na pesquisa quanto a:

- Quantidade de creches municipais: 57,8%
- Quantidade de escolas municipais: 51,9%



Para refletir

A capital registrou um acréscimo de 13,7 pontos percentuais entre 2021 (15,3%) e 2023 (29%). Na série histórica, de 2010 a 2023, em todos os anos a capital possui uma taxa superior à do Estado do Ceará. Recife apresenta a sexta maior taxa líquida de matrículas em creches entre as capitais da região Nordeste em 2023. Ainda, apresentou o segundo maior crescimento em pontos percentuais. O indicador demonstra que, apesar de ser uma taxa baixa, o município vem apresentando avanços quanto à essa insatisfação dos moradores em relação à quantidade de creches em Recife.

Mais da metade dos moradores de Recife manifestaram insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') em relação a:

- Qualidade do ensino na rede municipal (61%)
- Qualidade do conteúdo aplicado na rede municipal de educação (60,4%)
- Qualidade da infraestrutura das escolas municipais (57,8%)

O critério avaliado com maior nível de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') é o desempenho dos professores e demais profissionais de ensino, que totaliza 23,4% dos moradores da capital.

Recife alcançou as metas do IDEB nos anos de 2017 e 2019. Porém, não atingiu a meta de 2020 e 2021. O índice apresentou um crescimento entre 2021 (5,3) e 2023 (5,5), de 0,2. Ainda, no comparativo do índice entre 2023 e 2017, apresentou um crescimento de 0,5.

O município registrou uma taxa de abandono escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental de 0 em 2020 e 2021. Em 2022, teve um aumento para 0,4, seguindo de uma redução de 75%, alcançando a taxa de 0,1 em 2023. Neste ano, é a segunda taxa mais baixa entre as capitais nordestinas, empatada com Teresina.

Em relação à taxa de distorção de idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental, Recife passou de 21,6 em 2021 para 24,2 em 2023. Isto é, um aumento de aproximadamente 12%.

A capital pernambucana incrementou o gasto per capita em educação de R\$565,19 em 2020 a R\$892,17 em 2023. Aumento de R\$326,98. É o terceiro maior gasto per capita entre as capitais nordestinas em 2023. Teresina lidera com um gasto per capita de R\$41.024,08, seguida por Fortaleza, com R\$862,04.

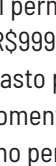


Para refletir

O tempo de espera é um dos principais motivos de insatisfação no município. O nível de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') é de 9,7% para realização de consultas e de 9,1% para realização de exames. Este resultado gera uma reflexão sobre um dos pontos críticos para a melhoria dos serviços: o tempo de acesso. A evidência sugere que otimizar a eficiência no tempo de espera para acesso aos serviços é fundamental para aprimorar a satisfação geral dos usuários.

Recife também apresenta baixos níveis de satisfação em relação a:

- 70,1% Qualidade da infraestrutura das unidades de saúde/ambientes hospitalares
- 64,9%: Disponibilidade de médicos(as)
- 61%: Quantidade de hospitais municipais
- 57,8%: Disponibilidade de medicamentos



Importante

O município apresenta o menor nível de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') entre as capitais analisadas quanto à qualidade da infraestrutura das unidades de saúde e ambientes hospitalares, com somente 6,5%. O município também registra o menor nível de satisfação quanto à higiene das unidades de saúde/ambientes hospitalares, com 16,2%.

Os maiores níveis de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') são em relação ao desempenho de médicos e enfermeiros ou outros profissionais de saúde nas unidades de saúde/ambientes hospitalares, com 23,4%.



Para refletir

Os moradores da capital pernambucana consideram a saúde como o segundo principal problema do município. Ainda, os recifenses identificaram como as duas principais prioridades para a melhoria do serviço público no município:

- A diminuição das filas nos hospitais e postos de saúde
- O aumento do número de médicos e profissionais de saúde.

Recife ocupa a sétima posição entre as nove da região Nordeste, de acordo com os indicadores da pesquisa na dimensão de saúde.

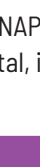
A capital pernambucana incrementou o gasto per capita em saúde de R\$940,97 em 2020 a R\$999,29 em 2023, computando um aumento de apenas R\$58,32. É o segundo menor gasto per capita em saúde entre as capitais nordestinas em 2023, ficando na frente somente de Salvador, com R\$803,13. Apresenta o menor aumento nominal de valores no período analisado.

Recife registra a segunda menor cobertura de Atenção Básica entre as capitais da região Nordeste no período analisado, apresentando um pequeno crescimento em torno de 10 pontos percentuais entre janeiro de 2021 (39,86%) a setembro de 2023 (50,04%).

Em relação à mortalidade por óbitos evitáveis entre 5 e 74 anos, Recife apresentou uma queda de cerca de 26% dos registros entre 2021 e 2023, passando de 10.085 a 7.499.

Recife reduziu expressivamente sua cobertura vacinal de 56,03% em 2021 para 43,64% em 2023. Uma queda de cerca de 12 pontos percentuais.

98,71% da população de Recife possui acesso aos serviços de abastecimento de água, enquanto a média do estado de Pernambuco é de 85,73%. Conforme os dados do SNIS 2022, 49,5% da população do município tem acesso aos serviços de esgotamento sanitário. A média do estado é de 42,99%.



Para refletir

Recife apresenta o menor nível de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') em relação a questões ligadas ao desenvolvimento econômico. Entre os serviços com menor aprovação, destacam-se:

- Impostos municipais para empreendedores e empresas: 8,4%
- Geração de renda e empregos: 9,7%



Para refletir

Levando em consideração que os recifenses consideram a má administração pública como o quarto principal problema do município, é possível concluir que a insatisfação com os impostos municipais reflete uma percepção negativa quanto à eficiência da gestão dos recursos públicos. A desconfiância pode estar atrelada à uma visão de que os impostos não estão sendo revertidos de maneira adequada em serviços e melhorias para a população.

Os moradores de Recife também declararam o desemprego como o terceiro maior problema do município. A geração de renda e empregos figura como terceira principal prioridade para a melhoria dos serviços públicos municipais. Todos os serviços avaliados nesta dimensão possuem um nível de insatisfação acima de 50% dos moradores da capital cearense, incluindo:

- Apoio aos empreendedores: 64,3%
- Programas de inovação, incubação ou aceleração de empresas: 62,3%
- Programas para inserção de jovens, pessoas mais velhas ou em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho: 62,3%

Recife ocupa o sétimo lugar na classificação em relação à dimensão de desenvolvimento econômico na avaliação dos indicadores da pesquisa entre as nove capitais da região Nordeste.

Desde 2021 a capital de Pernambuco possui saldos positivos de empregos formais, de acordo com o Novo Caged. Em 2023, foram 21.303 empregos formais de saldo, considerando por grande grupoamento de atividade econômica, corresponde a aproximadamente 80% em serviços, 13% em comércio, 5% em construção e 2% em indústria. O setor de agropecuária registrou uma redução de 73 postos de trabalho formais neste ano.

No ano de 2024, o saldo é de 13.700 empregos formais até julho, com cerca de 87% em serviços, 14% construção e 0,06% agropecuária. No período, dois setores reduziram, com o saldo do setor de indústria diminuindo em 63 postos de emprego formal e o setor de comércio em 126 postos de trabalho formais.

Recife ocupa a 5ª posição do ranking geral do Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, estudo sobre o ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso à capital, inovação, capital humano e cultura dos municípios brasileiros.



Para refletir

Promover a transparência na gestão dos recursos públicos. Diante da insatisfação dos moradores de Recife com a gestão dos recursos públicos, é recomendável a implementação efetiva dos instrumentos previstos na Lei 13.460/2017 com o objetivo de fortalecer a transparência da gestão municipal. Para além do fortalecimento das ouvidorias, realização e publicização dos resultados das avaliações continuadas dos serviços e da carta de serviços, é fundamental fortalecer e avaliar iniciativas de transparência ativa e passiva, considerando uma análise territorializada do município que permita direcionar recursos para as principais áreas de atenção.

Fortalecer políticas de inclusão produtiva e de geração de renda e emprego. Os níveis de satisfação do município podem ser aprimorados, considerando a inclusão produtiva como fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável de Recife, especialmente em um contexto de desigualdades sociais. O município deve promover programas que incentivem a capacitação e inserção no mercado de trabalho de populações vulneráveis, como jovens, mulheres e pessoas em situação de pobreza. Além disso, integrar iniciativas de empreendedorismo com foco na economia solidária e sustentável pode criar novas oportunidades para os cidadãos, com ênfase no fortalecimento das micro e pequenas empresas.

Fomentar um ecossistema de inovação que inclua parcerias entre universidades, startups, e o setor privado pode criar novas oportunidades de emprego e estimular a economia local. Diante da percepção dos moradores sobre os programas de expansão e de apoio aos empreendedores, Recife deve reavaliar para expandir ou recalcular programas de inovação, incubação e aceleração de empresas, e de apoio a pequenas e médias empresas. O município também deve estar atento às oportunidades representadas pelas novas economias (verde, criativa, prateada).

Proteção Social

A prefeitura de Recife promove a igualdade de gênero e a inclusão social?

27,9 dos moradores do município concordam, enquanto 19,5% discordam. Além disso, 42,9% dos moradores se declaram neutros e o restante informou não saber.

Panorama famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) no município de Recife entre janeiro de 2021 a janeiro de 2023:

- Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza: 71.371 a 116.625. Aumento de aproximadamente 63%
- Quantidade de famílias em situação de pobreza: 41.838 a 63.987. Aumento de aproximadamente 53%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo: 172.595 a 264.076. Aumento de aproximadamente 53%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo: 40.141 a 52.605. Aumento de aproximadamente 31%



Para refletir

Os moradores de Recife identificaram como o quinto maior problema do município a pobreza. A percepção reflete, especialmente, o aumento de famílias em situação de extrema pobreza, situação de pobreza e com renda per capita mensal até salário mínimo no CadÚnico. Um outro indicativo da percepção dos moradores do município é a melhoria de programas de acolhimento e moradia para população em situação de rua ser a quinta prioridade para a melhoria dos serviços públicos. No entanto, é importante avaliar outros indicadores socioeconômicos do município para avaliar e focalizar medidas que possam efetivamente enfrentar a multidimensionalidade da pobreza.



Para refletir

Desenhar e implementar estratégias para enfrentar a multidimensionalidade da pobreza, considerando não apenas a renda, mas também fatores como acesso a serviços básicos, educação, saúde, moradia e segurança alimentar. Diante do contexto do aumento expressivo dos dados analisados, somado à análise da percepção dos moradores, é fundamental desenvolver políticas intersetoriais que integrem ações de inclusão produtiva, proteção social e desenvolvimento urbano sustentável. Além disso, monitorar e avaliar de forma contínua o impacto das políticas públicas, ajustando-as conforme as necessidades da população, especialmente aquelas em situação de extrema pobreza. Fortalecer parcerias com a sociedade civil e organizações locais pode ser uma estratégia eficaz para ampliar o alcance e a efetividade dessas iniciativas.

Fortalecer o Sistema de Assistência Social Municipal. Garantir a cobertura e adequação dos serviços de assistência social às necessidades identificadas nas avaliações continuadas dos serviços prestados e na análise dos dados, com o objetivo de aumentar a capacidade de resposta às demandas da população. Ressalta-se ainda que o Cadastro Único é um instrumento para focalização de políticas públicas que pode ser utilizado pela prefeitura na gestão e tomada de decisões voltadas à identificação das famílias em situação de vulnerabilidade. As informações disponíveis possibilitam a elaboração de diagnósticos e de políticas sociais. Por isso, a atualização e manutenção do CadÚnico deve ser tratada como uma prioridade pela gestão municipal.

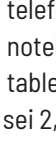
Promover políticas de igualdade racial e de gênero. A promoção de políticas de igualdade racial e de gênero deve ser tratada como uma prioridade para a construção de uma cidade mais justa e inclusiva. As iniciativas da Prefeitura precisam ser continuamente monitoradas e avaliadas em termos de impacto, permitindo ajustes e redirecionamento de recursos conforme necessário. É essencial garantir que os programas alcancem seus objetivos e, quando necessário, recebam maiores investimentos para ampliar sua eficácia.

Priorizar medidas de adaptação e mitigação climática de forma integrada. As mudanças climáticas afetam desproporcionalmente as populações em situação de vulnerabilidade, tornando fundamental a adoção de medidas abrangentes e coordenadas nas políticas públicas para aumentar a resiliência das comunidades. Possíveis recomendações incluem o mapeamento dos riscos climáticos e de vulnerabilidades; bem como o planejamento e implementação de intervenções estruturais e não estruturais. Uma referência de conteúdo de com boas práticas e orientações são os guias do Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres de como construir cidades mais resilientes que podem ser acessadas aqui.

Mobilidade Urbana

Os moradores de Recife não estão satisfeitos com os serviços de mobilidade urbana no município. A percepção é refletida nos níveis de insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') com:

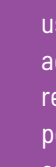
- Trânsito (79,9%)
- Preço das passagens de transporte público (77,9%)
- Tempo de espera para tomar um ônibus/trem/metrô (76%)
- Poluição sonora ou atmosférica (ônibus) geradas (74%)
- Qualidade do asfalto (70,1%)
- Higiene dos ônibus/metrô/trens (67,5%)
- Desempenho de condutores, motoristas e de outros profissionais da rede de transportes (51,9%)
- Quantidade/qualidade de ciclovias (50%)



Para refletir

O nível de insatisfação em relação ao tempo de espera para tomar um ônibus/trem/metrô é o maior entre as dez capitais analisadas. O resultado corrobora a análise do tempo como um aspecto central na satisfação dos serviços públicos. Nesse sentido, é importante priorizar estratégias para reduzir o tempo de espera e melhorar a qualidade do serviço, em busca de atender as necessidades da população.

Os maiores níveis de satisfação estão relacionados à sinalização de trânsito, com 22,1% e quantidade e qualidade das ciclovias, com 22,1%.



Importante

Melhorar o transporte público é a quarta prioridade dos moradores da capital pernambucana. Os resultados indicam que é necessário um plano integrado de intervenções não estruturais e estruturais para aumentar a qualidade e a satisfação com os serviços de mobilidade urbana. Ainda, o elevado nível de insatisfação com a poluição sonora ou atmosférica, bem como com o tempo de acesso e o trânsito, apontam uma demanda por uma mobilidade urbana mais sustentável em Recife. Reduzir a emissão de gases poluentes, melhorar a higiene e pontualidade do transporte público, além de promover a mobilidade ativa, como a caminhabilidade e o uso de bicicletas, são medidas possíveis para atender às expectativas dos moradores e contribuir com um ambiente urbano mais saudável e eficiente.

Entre 2017 a 2022, a capital de Pernambuco apresentou uma diminuição em torno de 12,5% no número de interações por sinistro de trânsito por 100 mil habitantes, passando de 40 a 35. Considerando de 2017 a 2021, a taxa de mortalidade por sinistro de trânsito por 100 mil habitantes teve uma redução de cerca de 27,5%, passando de 29 para 21.

Em relação ao impacto no gasto mensal com Transporte Público⁶, Recife ocupa a 23ª posição entre 28 na classificação entre as capitais brasileiras com impacto no salário de 18,41%. O município está empatado com Belém, Boa Vista e Rio de Janeiro.

Para refletir

Atender às opiniões dos moradores e priorizar a implementação de políticas de redução da poluição sonora e atmosférica e de qualidade e quantidade de ciclovias. São alternativas, por exemplo, a adoção de tecnologias mais limpas e a promoção de formas sustentáveis de transporte, como a mobilidade ativa. É importante o monitoramento dos níveis de poluição, ruídos e controles da qualidade do ar para uma efetiva avaliação dos impactos ambientais e ajustes contínuos nas políticas com o intuito de promover uma melhoria significativa na qualidade de vida urbana.

Considerar a avaliação dos moradores e aprimorar medidas para melhorar o tempo de acesso ao transporte público, para garantir um sistema mais eficiente e inclusivo. Investimentos em corredores exclusivos para ônibus, integração entre diferentes modais, e a expansão da malha de transporte são algumas das soluções que podem ser adotadas. Além disso, o uso de tecnologias como aplicativos de monitoramento em tempo real pode facilitar o planejamento das rotas pelos usuários, reduzindo o tempo de espera. As medidas devem ser acompanhadas de uma gestão eficiente e contínua avaliação dos serviços, assegurando que os ajustes necessários sejam feitos para atender às demandas da população.

Priorizar a avaliação dos moradores e avaliar o modelo de remuneração de operadores e o impacto no gasto mensal. Tendo em vista o alto nível de insatisfação com o preço da passagem e a posição da capital pernambucana na classificação da pesquisa de impacto no gasto mensal com transporte público no salário, é importante analisar os custos diretos e indiretos para os usuários do transporte público do município e o impacto sobre a acessibilidade e uso. Utilizar essas informações para ajustar políticas, garantindo que o transporte público seja acessível e financeiramente sustentável. Ainda, é importante avaliar modelos de remuneração que levem em consideração indicadores de qualidade que possam aumentar a qualidade do serviço em relação às dores de seus usuários, como a pontualidade e higiene.

Gestão da Qualidade

A prefeitura de Recife trabalha de forma eficiente e transparente para os cidadãos? 43,5% discordam e 14,9% concordam. 35,1% dos moradores da capital pernambucana expressam neutralidade sobre a afirmação. Os demais declararam não saber.

A prefeitura de Recife resolve satisfatoriamente os problemas de seus cidadãos quando eles precisam de serviços que dependem da administração municipal como exames, alvarás, matrículas, pagamento de taxas, entre outros?

- 33,1% dos moradores da capital tiveram seus problemas resolvidos de forma satisfatória pela prefeitura.
- Já 47,4% não ficaram satisfeitos e 19,5% declararam não saber ou não lembrar.

Importante

Recife apresenta o segundo menor nível de satisfação entre as capitais analisadas, superando apenas Belém que possui 25,9% de satisfação na resolução de problemas dos serviços municipais.

De acordo com a pesquisa, 53,9% dos moradores da capital pernambucana relataram ter enfrentado dificuldades ao realizar procedimentos junto à prefeitura.

As três principais dificuldades enfrentadas para realizar algum procedimento são:

- Faltavam informações para a realização do serviço (32,5%)
- Faltaram informações durante o atendimento (32,5%)
- O aplicativo não completava o serviço online (32,5%)

Serviços públicos digitais

80,5% dos moradores de Recife já acessaram serviços públicos municipais pela internet. É a maior proporção entre as capitais analisadas.

35,5% estão satisfeitos com os serviços públicos disponibilizados online pelo governo municipal, 33,9% se declara neutra, enquanto 26,6% expressam algum nível de insatisfação. O restante informa não saber. É o segundo maior nível de satisfação entre as capitais analisadas, ficando atrás somente de Curitiba com 43,1% de satisfação.

Como os moradores de Recife acessam os serviços públicos digitais?

- Pelo telefone celular 75,8%
- Pelo notebook ou computador 47,6%
- Pelo tablet 5,6%
- Não sei 2,4%

Interessante

31,8% dos moradores do município preferem fazer solicitações de serviços públicos municipais por aplicativo. Ainda, 24,7% preferem acessar pelo site da prefeitura e 18,2% dos moradores preferem os postos de atendimento presencial.

Recife apresenta uma nota 10 na Escala Brasil Transparente de 2020 da Controladoria-Geral da União (CGU), que avalia a transparência pública em relação à promoção do acesso à informação.

De acordo com o Mapa de Governo Digital de 2022, a capital responde positivamente a 8 dos 12 indicadores avaliados de gestão e infraestrutura (66%) e 32 dos 59 indicadores de oferta (54%).

Para refletir

Aprimorar as informações dos serviços. Para abordar os principais problemas identificados, como a falta de informações para a realização dos serviços, é essencial melhorar a comunicação e a transparência. A criação e atualização de cartas de serviços ao usuário, FAQs atualizadas e sistemas de suporte ao usuário mais acessíveis são medidas possíveis. Assegurar que as informações relevantes estejam disponíveis e sejam facilmente compreendidas pelos cidadãos pode reduzir as dificuldades no atendimento e aumentar a satisfação geral.

Priorizar e aprimorar os meios de acesso a serviços digitais de preferência dos moradores. No caso de Recife, duas formas principais de acesso merecem atenção. A primeira é o acesso via aplicativos. Diante das falhas relatadas, como a incapacidade de completar serviços, é essencial desenvolver aplicativos mais intuitivos, com funcionalidades ampliadas, e realizar atualizações frequentes, garantindo uma experiência eficiente e satisfatória para os usuários. A segunda é o site da prefeitura. Para garantir uma boa experiência, o site deve ser atualizado, intuitivo e adaptado para dispositivos móveis, permitindo um uso eficiente via celular. Ainda, é importante compreender de maneira territorializada a concentração de demandas por postos de atendimento presencial, a fim de garantir que toda a população seja adequadamente atendida.

Realizar e divulgar avaliações contínuas de serviços prestados. Como estabelecido na Lei Federal 13.460/2017, é responsabilidade do município realizar e publicar os resultados das avaliações contínuas de serviços prestados pela administração direta e indireta do município. Nesse sentido, a implementação da lei é um passo importante para promover a qualidade dos serviços públicos de Recife.

Desenvolvimento Econômico

O município apresenta níveis de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') em torno de 10% em relação a questões ligadas ao desenvolvimento econômico. Entre os serviços com menor aprovação, destacam-se:

- Impostos municipais para empreendedores e empresas: 8,4%
- Geração de renda e empregos: 9,7%

Para refletir

Levando em consideração que os recifenses consideram a má administração pública como o quarto principal problema do município, é possível concluir que a insatisfação com os impostos municipais reflete uma percepção negativa quanto à eficiência da gestão dos recursos públicos. A desconfiância pode estar atrelada à uma visão de que os impostos não estão sendo revertidos de maneira adequada em serviços e melhorias para a população.

Os moradores de Recife também declararam o desemprego como o terceiro maior problema do município. A geração de renda e empregos figura como terceira principal prioridade para a melhoria dos serviços públicos municipais. Todos os serviços avaliados nesta dimensão possuem um nível de insatisfação acima de 50% dos moradores da capital cearense, incluindo:

- Apoio aos empreendedores: 64,3%
- Programas de inovação, incubação ou aceleração de empresas: 62,3%
- Programas para inserção de jovens, pessoas mais velhas ou em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho: 62,3%

Recife ocupa o sétimo lugar na classificação em relação à dimensão de desenvolvimento econômico na avaliação dos indicadores da pesquisa entre as nove capitais da região Nordeste.

Desde 2021 a capital de Pernambuco possui saldos positivos de empregos formais, de acordo com o Novo Caged. Em 2023, foram 21.303 empregos formais de saldo, considerando por grande grupoamento de atividade econômica, corresponde a aproximadamente 80% em serviços, 13% em comércio, 5% em construção e 2% em indústria. O setor de agropecuária registrou uma redução de 73 postos de trabalho formais neste ano.

No ano de 2024, o saldo é de 13.700 empregos formais até julho, com cerca de 87% em serviços, 14% construção e 0,06% agropecuária. No período, dois setores reduziram, com o saldo do setor de indústria diminuindo em 63 postos de emprego formal e o setor de comércio em 126 postos de trabalho formais.

Recife ocupa a 5ª posição do ranking geral do Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, estudo sobre o ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso à capital, inovação, capital humano e cultura dos municípios brasileiros.

Para refletir

Promover a transparência na gestão dos recursos públicos. Diante da insatisfação dos moradores de Recife com a gestão dos recursos públicos, é recomendável a implementação efetiva dos instrumentos previstos na Lei 13.460/2017 com o objetivo de fortalecer a transparência da gestão municipal. Para além do fortalecimento das ouvidorias, realização e publicização dos resultados das avaliações continuadas dos serviços e da carta de serviços, é fundamental fortalecer e avaliar iniciativas de transparência ativa e passiva, considerando uma análise territorializada do município que permita direcionar recursos para as principais áreas de atenção.

Fortalecer políticas de inclusão produtiva e de geração de renda e emprego. Os níveis de satisfação do município podem ser aprimorados, considerando a inclusão produtiva como fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável de Recife, especialmente em um contexto de desigualdades sociais. O município deve promover programas que incentivem a capacitação e inserção no mercado de trabalho de populações vulneráveis, como jovens, mulheres e pessoas em situação de pobreza. Além disso, integrar iniciativas de empreendedorismo com foco na economia solidária e sustentável pode criar novas oportunidades para os cidadãos, com ênfase no fortalecimento das micro e pequenas empresas.

Fomentar um ecossistema de inovação que inclua parcerias entre universidades, startups, e o setor privado pode criar novas oportunidades de emprego e estimular a economia local. Diante da percepção dos moradores sobre os programas de expansão e de apoio aos empreendedores, Recife deve reavaliar para expandir ou recalcular programas de inovação, incubação e aceleração de empresas, e de apoio a pequenas e médias empresas. O município também deve estar atento às oportunidades representadas pelas novas economias (verde, criativa, prateada).

Proteção Social

A prefeitura de Recife promove a igualdade de gênero e a inclusão social?

27,9 dos moradores do município concordam, enquanto 19,5% discordam. Além disso, 42,9% dos moradores se declaram neutros e o restante informou não saber.

Panorama famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) no município de Recife entre janeiro de 2021 a janeiro de 2023:

- Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza: 71.371 a 116.625. Aumento de aproximadamente 63%
- Quantidade de famílias em situação de pobreza: 41.838 a 63.987. Aumento de aproximadamente 53%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo: 172.595 a 264.076. Aumento de aproximadamente 53%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo: 40.141 a 52.605. Aumento de aproximadamente 31%

Para refletir

Os moradores de Recife identificaram como o quinto maior problema do município a pobreza. A percepção reflete, especialmente, o aumento de famílias em situação de extrema pobreza, situação de pobreza e com renda per capita mensal até salário mínimo no CadÚnico. Um outro indicativo da percepção dos moradores do município é a melhoria de programas de acolhimento e moradia para população em situação de rua ser a quinta prioridade para a melhoria dos serviços públicos. No entanto, é importante avaliar outros indicadores socioeconômicos do município para avaliar e focalizar medidas que possam efetivamente enfrentar a multidimensionalidade da pobreza.

Para refletir

Desenhar e implementar estratégias para enfrentar a multidimensionalidade da pobreza, considerando não apenas a renda, mas também fatores como acesso a serviços básicos, educação, saúde, moradia e segurança alimentar. Diante do contexto do aumento expressivo dos dados analisados, somado à análise da percepção dos moradores, é fundamental desenvolver políticas intersetoriais que integrem ações de inclusão produtiva, proteção social e desenvolvimento urbano sustentável. Além disso, monitorar e avaliar de forma contínua o impacto das políticas públicas, ajustando-as conforme as necessidades da população, especialmente aquelas em situação de extrema pobreza. Fortalecer parcerias com a sociedade civil e organizações locais pode ser uma estratégia eficaz para ampliar o alcance e a efetividade dessas iniciativas.

Fortalecer o Sistema de Assistência Social Municipal. Garantir a cobertura e adequação dos serviços de assistência social às necessidades identificadas nas avaliações continuadas dos serviços prestados e na análise dos dados, com o objetivo de aumentar a capacidade de resposta às demandas da população. Ressalta-se ainda que o Cadastro Único é um instrumento para focalização de políticas públicas que pode ser utilizado pela prefeitura na gestão e tomada de decisões voltadas à identificação das famílias em situação de vulnerabilidade. As informações disponíveis possibilitam a elaboração de diagnósticos e de políticas sociais. Por isso, a atualização e manutenção do CadÚnico deve ser tratada como uma prioridade pela gestão municipal.

Promover políticas de igualdade racial e de gênero. A promoção de políticas de igualdade racial e de gênero deve ser tratada como uma prioridade para a construção de uma cidade mais justa e inclusiva. As iniciativas da Prefeitura precisam ser continuamente monitoradas e avaliadas em termos de impacto, permitindo ajustes e redirecionamento de recursos conforme necessário. É essencial garantir que os programas alcancem seus objetivos e, quando necessário, recebam maiores investimentos para ampliar sua eficácia.

Priorizar medidas de adaptação e mitigação climática de forma integrada. As mudanças climáticas afetam desproporcionalmente as populações em situação de vulnerabilidade, tornando fundamental a adoção de medidas abrangentes e coordenadas nas políticas públicas para aumentar a resiliência das comunidades. Possíveis recomendações incluem o mapeamento dos riscos climáticos e de vulnerabilidades; bem como o planejamento e implementação de intervenções estruturais e não estruturais. Uma referência de conteúdo de com boas práticas e orientações são os guias do Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres de como construir cidades mais resilientes que podem ser acessadas aqui.

Mobilidade Urbana

Os moradores de Recife não estão satisfeitos com os serviços de mobilidade urbana no município. A percepção é refletida nos níveis de insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') com:

- Trânsito (79,9%)
- Preço das passagens de transporte público (77,9%)
- Tempo de espera para tomar um ônibus/trem/metrô (76%)
- Poluição sonora ou atmosférica (ônibus) geradas (74%)
- Qualidade do asfalto (70,1%)
- Higiene dos ônibus/metrô/trens (67,5%)
- Desempenho de condutores, motoristas e de outros profissionais da rede de transportes (51,9%)
- Quantidade/qualidade de ciclovias (50%)

Para refletir

O nível de insatisfação em relação ao tempo de espera para tomar um ônibus/trem/metrô é o maior entre as dez capitais analisadas. O resultado corrobora a análise do tempo como um aspecto central na satisfação dos serviços públicos. Nesse sentido, é importante priorizar estratégias para reduzir o tempo de espera e melhorar a qualidade do serviço, em busca de atender as necessidades da população.

Salvador

Educação

Salvador apresenta em torno de 50% dos moradores com o nível de insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') quanto a:

- Quantidade de creches municipais: 55,5%
- Quantidade de escolas municipais: 50%



Para refletir

Salvador registrou um crescimento de 16,9 pontos percentuais na taxa líquida de matrículas em creches entre 2021 e 2023, passando de 14,5% para 31,4%. Foi o maior crescimento em pontos percentuais registrados na comparação com as capitais nordestinas. O município apresenta uma taxa superior à do Estado da Bahia desde 2022. No comparativo regional de 2023, é a capital com a terceira maior taxa. O indicador demonstra que, apesar de ser uma taxa baixa, o município vem apresentando avanços quanto à essa insatisfação dos moradores em relação à quantidade de creches em Salvador.

Cerca de metade dos moradores de Salvador manifestaram insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') em relação a:

- Qualidade do ensino na rede municipal (52,6%)
- Qualidade do conteúdo aplicado na rede municipal de educação (50%)
- Qualidade da infraestrutura das escolas municipais (49,6%)

O critério avaliado com maior nível de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') é o desempenho dos professores e demais profissionais de ensino, que totaliza 22,4% de o mesmo registrado em 2017.



Destaque

Para os moradores da capital baiana, a quinta prioridade para a melhoria dos serviços públicos é reforçar a qualidade do ensino de escolas públicas municipais. A percepção reforça a avaliação dos serviços oferecidos, enfatizando a importância de medidas que levem em consideração a satisfação dos usuários, e também a avaliação de políticas e indicadores que possam direcionar uma tomada de decisão baseada em evidências, com o objetivo de maximizar o impacto.

A capital baiana superou as metas do IDEB em 2017 e 2019 com um excedente de 0,8, e em 2021 com 0,3. Comparando os índices de 2021 e 2023, houve uma redução de 0,1. O índice de 2023 é o mesmo registrado em 2017.

Em 2023, o município registrou a segunda maior taxa de abandono nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre as capitais da região Nordeste, com um índice de 1, empata-do com João Pessoa. A maior taxa registrada foi em Natal (1,3). Comparado a 2022, quando o índice atingiu um pico de 2,3, houve uma queda expressiva de 56,5%.

Salvador apresentou a segunda maior taxa de distorção de idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental em 2023 entre as capitais nordestinas. Entre 2021, com taxa de 24,1 e 2023, com 30,6, houve um aumento de 27%.

A capital baiana incrementou o gasto per capita em educação de R\$444,90 em 2020 a R\$732,41 em 2023. Aumento de R\$287,51.

Recomendações:

1. Levantar em consideração a avaliação dos moradores e ampliar a cobertura de creches no município. A meta do Plano Nacional de Educação era de no mínimo 50% das crianças de 0 a 3 anos nas creches em 2016. A capital baiana, apesar de ter registrado um aumento nos últimos anos, continua distante de atingir essa meta. Considerando as soluções por parte do poder público, é importante investir em um plano de expansão das creches e de vagas levando em consideração uma análise territorial das demandas e priorizando regiões com menor cobertura e maiores vulnerabilidades.
2. Priorizar a educação de qualidade e a redução de desigualdades. A opinião dos moradores de Salvador devem ser consideradas no sentido de melhoria dos serviços de educação municipal, tanto no sentido da qualidade do ensino e conteúdo, como na infraestrutura das escolas. Recomenda-se a implementação de modelos robustos de monitoramento e avaliação das políticas educacionais, visando uma tomada de decisão baseada em evidências. Um guia útil é o de Componentes Básicos da Gestão com Base em Evidência elaborado pelo Insper e pelo Instituto Ayrton Senna, que pode ser [acessado aqui](#). Ainda, a construção de novas unidades escolares em áreas de maior demanda, a modernização das instalações existentes e a melhoria na conectividade e acesso a tecnologias são importantes para promover um ambiente de aprendizagem mais moderno e inclusivo. Para mais, a adequação de mobiliários e de sistemas de ventilação e iluminação contribuem para o conforto e bem-estar da comunidade escolar.
3. Combater o abandono escolar e reduzir taxas de distorção de idade-série. Implementar políticas preventivas e de intervenção precoce. Um exemplo interessante é o Pacto estadual pelo enfrentamento à infrequência, ao abandono e à evasão escolar (PEEIAE), que estabelece medidas articuladas para diagnosticar as causas e planejar, executar, monitorar e avaliar ações, programas e serviços de forma intersectorial para enfrentamento do problema. Já foi implementado no Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ainda, estratégias focadas na redução da taxa de distorção de idade-série são importantes no contexto de acréscimo da taxa nos últimos anos. Nesse sentido, são recomendações do estudo da UNICEF que pode ser [acessado aqui](#): (i) Mapear estudantes com distorção idade-série nas escolas públicas do município e (ii) Implementar estratégia de oferta de currículos específicos para estudantes em distorção idade-série nas escolas públicas do município.

Saúde

Salvador apresenta o terceiro maior nível de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') entre as dez capitais analisadas em relação ao:

- Tempo de espera para realização de consultas (11%)
- Tempo de espera para realização de exames (11,8%)



Para refletir

Em ambos critérios, a capital baiana fica atrás somente de Curitiba e Manaus. Ainda, é importante destacar que são níveis muito baixos de satisfação, que apresentam uma ampla possibilidade de melhoria. O cenário reflete como o tempo de acesso ao serviço é um dos pontos críticos na avaliação de serviços públicos. Por exemplo, o nível de insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') dos moradores de Salvador com o tempo de espera é de 67,6% para consultas e 66,9% para exames.

Salvador se destaca por possuir a segunda maior satisfação em relação à disponibilidade de medicamentos, com 20,2%. Também apresenta o segundo menor nível de insatisfação no critério, com 48,2%. O primeiro lugar é Curitiba, com 27,3% dos moradores insatisfeitos. A capital baiana também registra o segundo menor nível de insatisfação quanto à disponibilidade de médicos(as), com 60,7%. Curitiba também lidera, com 46,8%.

Cerca de metade dos moradores capital baiana demonstraram insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') em relação a:

- 54,4: Quantidade de hospitais municipais
- 50%: Qualidade da infraestrutura das unidades de saúde/ambientes hospitalares
- 47,4%: Higiene das unidades de saúde/ambientes hospitalares

Em relação ao desempenho de médicos e enfermeiros ou outros profissionais de saúde nas unidades de saúde/ambientes hospitalares, 42,3% manifestaram algum nível de insatisfação, enquanto 21,3% algum nível de satisfação.



Importante

Apesar de apresentar resultados comparativamente positivos em relação aos serviços de saúde, há uma margem considerável de melhorias possíveis. Os moradores da capital baiana consideram a saúde como o segundo principal problema do município. Ainda, os soteropolitanos identificaram como as duas principais prioridades para a melhoria do serviço público no município:

- A diminuição das filas nos hospitais e postos de saúde
- O aumento do número de médicos e profissionais de saúde.

Salvador ocupa a penúltima posição entre as nove da região Nordeste, de acordo com os indicadores da pesquisa na dimensão de saúde.

A capital baiana incrementou o gasto per capita em saúde de R\$638,23 em 2020 a R\$803,13 em 2023, com um aumento de R\$164,9. É o menor gasto per capita em saúde entre as capitais analisadas em 2023.

Salvador registra a quinta menor cobertura de Atenção Básica entre as capitais da região Nordeste no período analisado, apresentando um crescimento em torno de 11 pontos percentuais entre janeiro de 2021 (45,39%) a setembro de 2023 (57,33%). A capital fica na frente de São Luís, com 56,25%, Natal, com 53,9%, Recife, com 50,04% e Maceió, com 31,51% de cobertura.

Em relação à mortalidade por óbitos evitáveis entre 5 e 74 anos, Salvador apresentou uma queda de cerca de 22% dos registros entre 2021 e 2023, passando de 14.091 a 11.027.

A capital baiana manteve, de 2021 a 2023, a menor cobertura vacinal entre as capitais da região, com uma queda de 32,12% para 30,71%. Apesar da redução ter sido a menor registrada entre as capitais da região, representando uma diminuição de 1,4 pontos percentuais, o município ainda apresenta os índices mais baixos de vacinação.

98,76% da população total de Salvador têm acesso aos serviços de abastecimento de água, em comparação com a média do estado da Bahia que é de 79,71%. Os dados do SNIS 2022 demonstram que 88,34% da população do município possui acesso aos serviços de esgotamento sanitário, enquanto a média do estado é de 54,63%.

Recomendações:

1. Priorizar os interesses dos cidadãos de Salvador, a partir da implementação de estratégias que visem o aumento da disponibilidade de médicos(as), a redução das filas e um menor tempo de acesso aos serviços. Estratégias possíveis incluem otimizar processos de atendimento, ampliar a capacidade de atendimento em postos de saúde e hospitais, e engajar a comunidade na avaliação dos serviços para garantir que suas necessidades e preocupações sejam ouvidas e consideradas na atuação da gestão municipal.
2. Ampliar estratégias para aumentar a cobertura vacinal: Frente a queda da cobertura vacinal do município, recomenda-se a adoção de estratégias como as elencadas no estudo da Subsecretaria de Saúde Gerência de Informações Estratgicas em Saúde CONECTA-SUS que pode ser [acessado aqui](#). Destaca-se o uso de recursos de saúde digital como mensagens de texto e aplicativos com informações sobre os imunizantes, opção para agendamento em unidades de vacinação e alerta para doses em atraso. Ainda, o estudo demonstra que estratégias de educação em saúde são efetivas.
3. Implementar de forma efetiva a avaliação contínua dos serviços de saúde, publicizando esses resultados, a fim de identificar problemas específicos, promover ajustes necessários e dar transparência para melhorar a qualidade e a eficácia do atendimento e da comunicação com os cidadãos.

Desenvolvimento Econômico

De modo geral, os serviços relacionados ao desenvolvimento econômico no município de Recife são avaliados de forma insatisfatória por seus moradores. O nível de satisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'satisfeito') computam ao redor de 10%, conforme apresentado abaixo:

- Impostos municipais para empreendedores e empresas: 8,1%
- Programas de inovação, incubação ou aceleração de empresas: 9,9%
- Geração de renda e empregos: 10,7%



Para refletir

A má administração pública é identificada como o terceiro maior problema do município na visão dos moradores. Em quarto lugar está o desemprego e em quinto a pobreza. Além disso, a geração de empregos é elencada como a terceira prioridade para melhoria dos serviços públicos de Salvador. O resultado reflete uma insatisfação dos soteropolitanos quanto aos serviços de desenvolvimento econômico do município.

A capital baiana apresenta o segundo maior nível de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') entre as capitais analisadas quanto ao apoio da sua prefeitura aos empreendedores, com 14,3%. Curitiba lidera com 24%. Ainda, em relação aos programas para inserção de jovens, pessoas mais velhas ou em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho, 14,3% dos habitantes de Salvador informaram algum nível de satisfação.

O maior nível de insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') está relacionado a geração de renda e empregos (68,4%) e a impostos municipais para empreendedores e empresas (55,5%).

Salvador ocupa o penúltimo lugar na classificação em relação à dimensão de desenvolvimento econômico na avaliação dos indicadores da pesquisa entre as nove capitais da região Nordeste.

A capital baiana possui desde 2021 um saldo positivo de empregos formais segundo dados do Novo Caged. Em 2023, de acordo com os grandes grupos de atividade econômica, o município apresentou um saldo de 17.767 empregos formais, considerando 79% em serviços, 10% em comércio, 5% construção, 4% indústria e 0,1% agropecuária.

Até julho de 2024, Salvador apresentava um saldo positivo de 25.302 empregos formais, com cerca de 90% em serviços, 7% construção e 3% indústria. No período, dois setores reduziram, com o saldo do setor de comércio diminuindo em 528 postos de emprego formal e o setor de agropecuária em 34 postos de trabalho formais.

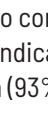
Salvador está na 47ª posição do ranking geral do Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, estudo sobre o ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso a capital, inovação, capital humano e cultura dos municípios brasileiros.

Recomendações:

1. Fortalecer políticas de inclusão produtiva e de geração de renda e emprego. Os níveis de satisfação do município podem ser aprimorados, considerando a inclusão produtiva como fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável de Salvador, especialmente em um contexto de desigualdades sociais. O município deve promover programas que incentivem a capacitação e inserção no mercado de trabalho de populações vulneráveis, como jovens, mulheres e pessoas em situação de pobreza. Além disso, integrar iniciativas de empreendedorismo com foco na economia solidária e sustentável pode criar novas oportunidades para os cidadãos, com ênfase no fortalecimento das micro e pequenas empresas.
2. Promover a transparência na gestão dos recursos públicos. Diante da insatisfação dos moradores de Salvador com a gestão dos recursos públicos, é recomendável a implementação efetiva dos instrumentos previstos na Lei 13.460/2017 com o objetivo de fortalecer a transparência da gestão municipal. Para além do fortalecimento das ouvidorias, realização e publicação dos resultados das avaliações continuadas dos serviços e da carta de serviços, é fundamental fortalecer e avaliar iniciativas de transparência ativa e passiva, considerando uma análise territorializada do município que permita direcionar recursos para as principais áreas de atenção.
3. Fomentar um ecossistema de inovação que inclua parcerias entre universidades, startups, e o setor privado pode criar novas oportunidades de emprego e estimular a economia local. Diante da percepção dos moradores sobre os programas de inovação e de apoio aos empreendedores, Salvador deve reavaliar para expandir ou recalibrar programas de inovação, incubação e aceleração de empresas, e de apoio a pequenas e médias empresas. O município também deve estar atento às oportunidades representadas pelas novas economias (verde, criativa, prateada).

Proteção Social

A prefeitura de Salvador promove a igualdade de gênero e a inclusão social? 29% dos moradores do município concordam, enquanto 25,4% discordam. 36,8% dos moradores se declararam neutros e os demais declararam não saber.

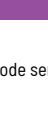


Destaque

É o segundo maior nível de concordância entre as dez capitais analisadas, ficando atrás somente de Curitiba com 33,8%.

Panorama famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) no município de Salvador entre janeiro de 2021 a janeiro de 2023:

- Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza: 170.139 a 329.892. Aumento de aproximadamente 94%
- Quantidade de famílias em situação de pobreza: 36.736 a 48.501. Aumento de aproximadamente 32%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo: 270.696 a 458.871. Aumento de aproximadamente 69,5%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo: 43.515 a 54.527. Aumento de aproximadamente 25%



Para refletir

Os moradores de Salvador identificaram como o quinto maior problema do município a pobreza. A percepção reflete, especialmente, o aumento expressivo de famílias em situação de extrema pobreza e com renda per capita mensal até salário mínimo no CadÚnico. Um outro indicador da percepção dos moradores do município é a melhoria de programas sociais para os mais pobres ser a quarta prioridade para a melhoria dos serviços públicos. No entanto, é importante avaliar outros indicadores socioeconômicos do município para avaliar e focalizar medidas que possam efetivamente enfrentar a multidimensionalidade da pobreza.

Recomendações:

1. Desenhar e implementar estratégias para enfrentar a multidimensionalidade da pobreza, considerando não apenas a renda, mas também fatores como acesso a serviços básicos, educação, saúde, moradia e segurança alimentar. Diante do contexto do aumento expressivo dos dados analisados, convido à análise da percepção dos moradores, é fundamental desenvolver políticas intersectoriais que integrem ações de inclusão produtiva, proteção social e desenvolvimento urbano sustentável. Além disso, monitorar e avaliar de forma contínua o impacto das políticas públicas, ajustando-as conforme as necessidades da população, especialmente aquelas em situação de extrema pobreza. Fortalecer parcerias com a sociedade civil e organizações locais pode ser uma estratégia eficaz para ampliar o alcance e a efetividade dessas iniciativas.
2. Fortalecer o Sistema de Assistência Social Municipal. Garantir a cobertura e adequação dos serviços de assistência social às necessidades identificadas nas avaliações contínuas dos serviços prestados e na análise dos dados, com o objetivo de aumentar a capacidade de resposta às demandas da população. Ressalta-se ainda que o Cadastro Único é um instrumento para focalização de políticas públicas que pode ser utilizado pela prefeitura na gestão e tomada de decisões voltadas à identificação das famílias em situação de vulnerabilidade. As informações disponíveis possibilitam a elaboração de diagnósticos e de políticas sociais. Por isso, a atualização e manutenção do CadÚnico deve ser tratada como uma prioridade pela gestão municipal.
3. Promover políticas de igualdade racial e de gênero. A promoção de políticas de igualdade racial e de gênero deve ser tratada como uma prioridade para a construção de uma cidade mais justa e inclusiva. As iniciativas da Prefeitura precisam ser continuamente monitoradas e avaliadas em termos de impacto, permitindo ajustes e redirecionamento de recursos conforme necessário. É essencial garantir que os programas alcancem seus objetivos e, quando necessário, recebam maiores investimentos para ampliar sua eficácia.
4. Priorizar medidas de adaptação e mitigação climática de forma integrada. As mudanças climáticas afetam desproporcionalmente as populações em situação de vulnerabilidade, tornando fundamental a adoção de medidas abrangentes e coordenadas nas políticas públicas para aumentar a resiliência das comunidades. Possíveis recomendações incluem o mapeamento dos riscos climáticos e de vulnerabilidades; bem como o planejamento e implementação de intervenções estruturais e não estruturais. Uma referência de conteúdo de com boas práticas e orientações são os guias do Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres de como construir cidades mais resilientes que podem ser [acessadas aqui](#).

Mobilidade Urbana

De forma geral, os moradores de Salvador não estão satisfeitos com os serviços de mobilidade urbana no município. Mais de 70% manifestaram insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') com:

- Preço das passagens de transporte público (78,3%)
- Trânsito (86,2%)
- Poluição sonora ou atmosférica (gases) geradas (65,8%)
- Tempo de espera para tomar um ônibus/metrô/trem (62,1%)

Para refletir

O nível de insatisfação em relação ao preço das passagens de transporte público é o maior entre as capitais analisadas. Ao mesmo tempo, é interessante analisar que os soteropolitanos não identificaram como prioritário melhorar o preço da passagem ou do bilhete único. A opção figura na 12ª posição entre 16, ficando atrás da melhoria do serviço de saúde, educação, geração de empregos e até da opção outros. Já melhorar a qualidade do transporte público é a sexta prioridade para os moradores da capital.

Ainda, o nível de insatisfação com o trânsito é o segundo menor entre as capitais analisadas, ficando atrás somente de Curitiba, com 50,6%.

O nível de insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') dos moradores da capital baiana continua significativo em relação a:

- Higiene dos ônibus/metrô/trens: 61,8%
- Qualidade do asfalto: 55,1%
- Quantidade/qualidade de ciclovias: 52,2%
- Desempenho de condutores, motoristas e de outros profissionais da rede de transportes: 51,1%
- Sinalização de trânsito (placas, faixas de pedestre, sinais, etc.): 47,1%

O maior nível de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') dos serviços de mobilidade urbana no município é de 26,8% quanto à sinalização de trânsito e 20,2% quanto à qualidade do asfalto.

Entre 2017 a 2022, a capital baiana apresentou um acréscimo em torno de 53% no número de interações por sinistro de trânsito por 100 mil habitantes, passando de 103 a 158. Considerando de 2017 a 2021, a taxa de mortalidade por sinistro de trânsito por 100 mil habitantes registrou uma redução de cerca de 30,5%, passando de 8,5 a 5,9.

Em relação ao impacto no gasto mensal com Transporte Público⁷, Salvador ocupa a 20ª posição entre 28 na classificação entre as capitais brasileiras com impacto no salário de 18,05%.

Recomendações:

1. Considerar a avaliação dos moradores e avaliar o modelo de remuneração de operadores e o impacto no gasto mensal. Tendo em vista o alto nível de insatisfação com o preço da passagem e a posição da capital baiana na classificação da pesquisa de impacto no gasto mensal com transporte público no salário, é importante analisar os custos diretos e indiretos para os usuários do transporte público do município e o impacto sobre a acessibilidade e uso. Utilizar essas informações para ajustar políticas, garantindo que o transporte público seja acessível e financeiramente sustentável. Ainda, é importante avaliar modelos de remuneração que levem em consideração indicadores de qualidade que possam aumentar a qualidade do serviço em relação às dores de seus usuários, como a pontualidade e higiene.
2. Atender às opiniões dos moradores e priorizar a implementação de políticas de redução da poluição sonora e atmosférica e de qualidade e quantidade de ciclovias. São alternativas, por exemplo, a adoção de tecnologias mais limpas e a promoção de formas sustentáveis de transporte, como a mobilidade ativa. É importante o monitoramento dos níveis de poluição, ruídos e controles da qualidade do ar para uma efetiva avaliação dos impactos ambientais e ajustes contínuos nas políticas com o intuito de promover uma melhoria significativa na qualidade de vida urbana.
3. Fomentar políticas de segurança viária. Diante do aumento significativo das internações por sinistros de trânsito em Salvador, é urgente adotar estratégias prioritárias para reduzir essa taxa. O fortalecimento da fiscalização, a melhoria da sinalização e a intensificação de campanhas de conscientização são importantes. Ainda, recomenda-se a adoção de medidas como: readequar os limites de velocidade, favorecer baixas velocidades a partir do desenho viário e criar uma política de segurança viária estruturada e abrangente no âmbito municipal. Essas são as principais recomendações do Guia de Soluções para Incentivar a Segurança Viária que pode ser [acessado aqui](#).

Gestão da Qualidade

A prefeitura de Salvador trabalha de forma eficiente e transparente para os cidadãos? 46% dos moradores da capital fluminense discordam da afirmação.

Enquanto 16,2% concordam, 34,2% expressam neutralidade e 3,7% não sabem responder a pergunta.

A prefeitura de Salvador resolve satisfatoriamente os problemas de seus cidadãos quando eles precisam de serviços que dependem da administração municipal como exames, alvarás, matrículas, pagamento de taxas, entre outros?

47,4% dos moradores do município responderam que não. Já 40,1% se declararam satisfeitos e 12,5% não sabem ou não lembram.

Importante

47,4% dos soteropolitanos declararam não terem enfrentado alguma dificuldade em realizar algum procedimento junto à prefeitura. Apesar dessa opinião não refletir a maioria dos moradores (52,6% relataram dificuldades), o município apresenta uma diferença percentual relativamente pequena entre as duas visões.

As três principais dificuldades enfrentadas para realizar algum procedimento são:

- Faltavam informações durante o atendimento (31,5%)
- Faltavam informações para a realização do serviço (29,4%)
- Serviço saiu do ar (29,4%)

Serviços públicos digitais

72,4% dos moradores do Salvador já acessaram serviços públicos municipais pela internet.

32% estão satisfeitos com os serviços públicos disponibilizados online pelo governo municipal. Ressalta-se que 24,9% declararam algum nível de insatisfação, enquanto a maioria se declara neutro (40,6%). O restante declara não saber.

Como os moradores de Salvador acessam os serviços públicos digitais?

- Pelo telefone celular 75,1%
- Pelo notebook ou computador 48,7%
- Pelo tablet 5,1%

Interessante

26,8% dos moradores do município preferem fazer solicitações de serviços públicos municipais pelo aplicativo. 24,3% pelo site da prefeitura. Um destaque interessante é que 26,1% informa preferência por postos de atendimento presencial.

Salvador possui uma nota 9,2 na Escala Brasil Transparente de 2020 da Controladoria-Geral da União (CGU), que avalia a transparência pública em relação à promoção do acesso à informação.

De acordo com o Mapa de Governo Digital de 2022, a capital responde positivamente a 7 dos 12 indicadores avaliados de gestão e infraestrutura (58%) e 55 dos 59 indicadores de oferta (93%).

Recomendações:

1. Reforçar a transparência na gestão municipal. Como estabelecido na Lei Federal 13.460/2017, é responsabilidade do município realizar e publicar os resultados das avaliações contínuas de serviços prestados pela administração direta e indireta do município. Além disso, fortalecer as ouvidorias, com foco na disponibilização de dados abertos e de informações de interesse público de forma acessível e compreensível. O objetivo é construir uma política de transparência ativa e robusta, que comunique de maneira eficaz as ações da prefeitura, promovendo um diálogo aberto e compreensível para os moradores, garantindo maior participação cidadã na fiscalização e na tomada de decisões.
2. Priorizar e aprimorar os meios de acesso a serviços digitais de preferência dos soteropolitanos. Tendo em vista a preferência pelo acesso via telefone celular e aplicativos ou site da prefeitura, é importante avaliar a aprimorar os meios para garantir que os moradores da capital baiana tenham acesso aos serviços oferecidos. Nesse sentido, os problemas de queda do serviço devem ser identificados e endereçados pela gestão. Ainda, a preferência por postos por atendimento presencial demandam uma compreensão do território para identificação de áreas nas quais os moradores preferem acessar preferencialmente os espaços de atendimento.
3. Aprimorar as informações dos serviços. Considerando o problema identificado de falta de informações para a realização do serviço, é essencial melhorar a comunicação e a transparência. O aprimoramento ou atualização das cartas de serviço existentes e criação de novas, FAQs atualizadas e sistemas de suporte ao usuário mais acessíveis são medidas possíveis. Assegurar que as informações relevantes estejam disponíveis e sejam facilmente compreendidas pelos cidadãos pode reduzir as dificuldades no atendimento e aumentar a satisfação geral.

7. Estudo pode ser [acessado aqui](#).

Educação

A taxa líquida de matrículas em creches de São Luís aumentou de 19,7% em 2021 para 31,8% em 2023. Um acréscimo de 12,1 pontos percentuais. Desde 2021, a capital registra uma taxa inferior à do Estado do Maranhão. Apresenta a segunda maior taxa entre as capitais nordestinas em 2023, ficando atrás somente de Fortaleza (33,9%).

A capital do Maranhão não alcançou as metas do IDEB nos anos de 2017, 2019 e 2021. As diferenças registradas entre o índice e a meta foram as maiores entre as capitais da região Nordeste. No entanto, é importante destacar que São Luís apresentou o maior crescimento considerando o comparativo do IDEB 2023 (5,5) e 2019 (4,9), com um aumento de 0,6. O município também apresentou o maior aumento no comparativo entre os índices de 2023 e 2017, com um aumento de 0,8. O índice de 2023 é o maior registrado na série histórica desde 2005.

Em 2019, o município tinha uma taxa de abandono escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental de 0,9. Em 2020, a taxa aumentou para 2,9 e foi de 4,5 em 2021. Contudo, em 2022, iniciou a apresentar uma recuperação significativa, com a taxa reduzida para 1,6, e registrando 0,6 em 2023. É a quinta menor taxa entre as capitais nordestinas no último ano analisado.

Em relação à taxa de distorção de idade-série dos anos iniciais do Ensino Fundamental, São Luís apresentou uma redução de 18,2 em 2021 para 16,7 em 2023. Isto é, uma diminuição de cerca de 8%. É a única capital nordestina que apresentou uma redução no período, e registra a terceira menor taxa, ficando atrás de Natal (16,6) e Teresina (10,7).

A capital maranhense incrementou o gasto per capita em educação de R\$559,34 em 2020 a R\$807,01 em 2023. Aumento de R\$247,67.

Recomendações:

1. Aumentar gradualmente o financiamento da educação. Para melhorar os resultados educacionais, é recomendado aumentar progressivamente o financiamento destinado à educação, focando na equidade e na eficiência da alocação dos recursos. A criação de um plano de investimentos a longo prazo, com metas claras para redução da distorção idade-série, expansão de creches e melhoria dos índices de qualidade, pode orientar esse aumento de recursos, garantindo que o investimento seja direcionado para áreas com maior necessidade e impacto. É possível ver propostas para garantir os recursos financeiros da pasta como recomendação 10 do documento do Todos Pela Educação que pode ser [acessado aqui](#).
2. Priorizar a educação de qualidade e a redução de desigualdades. Recomenda-se a implementação de modelos robustos de monitoramento e avaliação das políticas educacionais, visando uma tomada de decisão baseada em evidências. A adoção de boas práticas também é importante. Neste contexto, a consulta a diferentes mapeamentos, como o “Educação que Dá Certo” do Todos Pela Educação, que pode ser [acessado aqui](#), pode fornecer orientações valiosas para o desenvolvimento e aprimoramento das estratégias educacionais.
3. Ampliar a cobertura de creches no município. A meta do Plano Nacional de Educação era de no mínimo 50% das crianças de 0 a 3 anos nas creches em 2016. Mesmo com um crescimento da taxa líquida de matrículas em creches, a capital maranhense continua distante de atingir essa meta. Considerando as soluções por parte do poder público, é importante investir em um plano de expansão das creches e de vagas levando em consideração uma análise territorial das demandas e priorizando regiões com menor cobertura e maiores vulnerabilidades.

Saúde

São Luís ocupa a última posição entre as nove da região Nordeste, de acordo com os indicadores da pesquisa na dimensão de saúde.

A capital maranhense incrementou o gasto per capita em saúde de R\$825,15 em 2020 a R\$1.085,80 em 2023, computando um aumento de R\$260,65. São Luís registra a quarta menor cobertura de Atenção Básica entre as capitais da região Nordeste no período analisado, apresentando um crescimento em torno de 19 pontos percentuais entre janeiro de 2021 (37,24%) a setembro de 2023 (56,25%). A capital fica na frente de Natal, com 53,9%, Recife, com 50,04% e Maceió, com 31,51% de cobertura.

Em relação à mortalidade por óbitos evitáveis entre 5 e 74 anos, São Luís apresentou uma queda de cerca de 22,5% dos registros entre 2021 e 2023, passando de 4.492 a 3.478.

O município reduziu significativamente a cobertura vacinal de 2021, com 40,5%, para 31,97% em 2023. Uma queda de cerca de 8,5 pontos percentuais. Em 2023, apresentava a segunda menor cobertura vacinal entre as capitais nordestinas.

92,76% da população de São Luís têm acesso aos serviços de abastecimento de água, enquanto a média do estado do Maranhão é de 56,62%. Já 54,28% da população do município possui acesso aos serviços de esgotamento sanitário. A média do estado é de 30,22%, de acordo com dados do SNIS em 2022.

Recomendações:

1. Implementar estratégias para aumentar a cobertura vacinal: Frente a queda da cobertura vacinal do município, recomenda-se a adoção de estratégias como as elencadas no estudo da Subsecretaria de Saúde Gerência de Informações Estratégias em Saúde CONECTA-SUS que pode ser [acessado aqui](#). Destaca-se o uso de recursos de saúde digital como mensagens de texto e aplicativos com informações sobre os imunizantes, opção para agendamento em unidades de vacinação e alerta para doses em atraso. Ainda, o estudo demonstra que estratégias de educação em saúde são efetivas.
2. Ampliar e qualificar a Atenção Básica. Apesar de ter registrado um pequeno aumento na cobertura de Atenção Básica, o município possui a menor cobertura entre as capitais da região. Neste sentido, medidas para aumentar a cobertura podem incluir (i) o mapeamento da cobertura geográfica das equipes de saúde no território, identificando vazios sanitários; (ii) o planejamento da expansão; (iii) implementação de estruturas físicas; (iv) recrutamento e seleção de equipes de Saúde da Família, conforme Agenda Saúde na Cidade, realizado pelo Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), Impulso e Instituto Arapyauá, que pode ser [acessado aqui](#).
3. Priorizar políticas intersetoriais de garantia de acesso à água, tratamento de esgoto, drenagem e gestão de resíduos sólidos. Como responsável pelos serviços de saneamento básico, o município tem a atribuição indelegável de planejar e assegurar o controle social sobre os serviços, além de delegar a regulação e definir as modalidades de prestação desses serviços. De acordo com o guia “Municípios e saneamento nas eleições 2024” do Instituto Água e Saneamento que pode ser [acessado aqui](#), a agenda municipal de saneamento básico e segurança hídrica deve incluir ações de planejamento, transparência e participação social, meio ambiente e clima e emergência.

Desenvolvimento Econômico

São Luís ocupa o segundo lugar na classificação em relação à dimensão de desenvolvimento econômico na avaliação dos indicadores da pesquisa entre as nove capitais da região Nordeste.

A capital do Maranhão possui desde 2020 um saldo positivo de empregos formais segundo dados do Novo Caged. Em 2023, de acordo com os grandes grupamentos de atividade econômica, o município apresentou um saldo de 8.564 empregos formais, considerando 51% em serviços, 36% em comércio, 13% indústria e 0,2% agropecuária. O setor de comércio registrou uma queda de 68 empregos formais neste ano.

Até julho de 2024, São Luís apresentava um saldo positivo de 2.618 empregos formais, com cerca de 74% em construção, 16% indústria, 14% comércio e 0,1% agropecuária. O setor de serviços apresentou uma redução de 113 postos de trabalho formais neste período.

São Luís ocupa a 27ª posição do ranking geral do Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, estudo sobre o ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso a capital, inovação, capital humano e cultura dos municípios brasileiros. É a segunda capital da região Nordeste mais bem classificada, somente atrás de Aracaju que está na 24ª posição.

Recomendações:

1. Investir em melhorias de infraestrutura: De acordo com o Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, a dimensão de infraestrutura da capital maranhense apresenta a menor pontuação na dimensão de infraestrutura. Indicadores como transporte interurbano e condições urbanas indicam áreas para possíveis melhorias. O município deve concentrar esforços em melhorar a conectividade e mobilidade urbana, otimizando o transporte público, estradas e telecomunicações, que são essenciais para atrair novos negócios e melhorar a qualidade de vida dos moradores.
2. Aprimorar acesso ao capital disponível. Outra dimensão que pode ser aprimorada, segundo o ICE 2023, é a de acesso a capital. Os indicadores avaliados possuem relação ao capital disponível, como as operações de créditos por município e proporção relativa de capital de risco. A gestão municipal deve analisar esses dados em detalhe para direcionar investimentos estratégicos e priorizar áreas de maior impacto econômico e social. Além disso, políticas que facilitem o acesso ao crédito para pequenos negócios e empreendedores locais são fundamentais para fomentar a inovação e o desenvolvimento sustentável no município.
3. Fortalecer políticas de inclusão produtiva: A inclusão produtiva é fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável de São Luís, especialmente em um contexto de desigualdades sociais. O município deve promover programas que incentivem a capacitação e inserção no mercado de trabalho de populações vulneráveis, como jovens, mulheres e pessoas em situação de pobreza. Além disso, integrar iniciativas de empreendedorismo com foco na economia solidária e sustentável pode criar novas oportunidades para os cidadãos, com ênfase no fortalecimento das micro e pequenas empresas.

Proteção Social

Panorama famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) no município de São Luís entre janeiro de 2021 a janeiro de 2023:

- Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza: 74.839 a 128.866. Aumento de aproximadamente 42%
- Quantidade de famílias em situação de pobreza: 23.591 a 26.370. Aumento de aproximadamente 12%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo: 154.970 a 196.509. Aumento de aproximadamente 27%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo: 25.264 a 31.867. Aumento de aproximadamente 26%

Recomendações:

1. Desenhar e implementar estratégias para enfrentar a multidimensionalidade da pobreza, considerando não apenas a renda, mas também fatores como acesso a serviços básicos, educação, saúde, moradia e segurança alimentar. Diante do contexto de aumento, em especial, de famílias em situação de extrema pobreza no período analisado, é fundamental desenvolver políticas intersetoriais que integrem ações de inclusão produtiva, proteção social e desenvolvimento urbano sustentável. Além disso, monitorar e avaliar de forma contínua o impacto das políticas públicas, ajustando-as conforme as necessidades da população, especialmente aquelas em situação de extrema pobreza. Fortalecer parcerias com a sociedade civil e organizações locais pode ser uma estratégia eficaz para ampliar o alcance e a efetividade dessas iniciativas.
2. Fortalecer o Sistema de Assistência Social Municipal. Garantir a cobertura e adequação dos serviços de assistência social às necessidades identificadas nas avaliações contínuas dos serviços prestados e na análise dos dados, com o objetivo de aumentar a capacidade de resposta às demandas da população. Ressalta-se ainda que o Cadastro Único é um instrumento para focalização de políticas públicas que pode ser utilizado pela prefeitura na gestão e tomada de decisões voltadas à identificação das famílias em situação de vulnerabilidade. As informações disponíveis possibilitam a elaboração de diagnósticos e de políticas sociais. Por isso, a atualização e manutenção do CadÚnico deve ser tratada como uma prioridade pela gestão municipal. Ainda, é importante realizar uma análise com outros indicadores socioeconômicos, que possam apoiar na identificação e focalização de políticas para a população em situação de vulnerabilidade.
3. Promover políticas de igualdade racial e de gênero. A promoção de políticas de igualdade racial e de gênero deve ser tratada como uma prioridade para a construção de uma cidade mais justa e inclusiva. As iniciativas da Prefeitura precisam ser continuamente monitoradas e avaliadas em termos de impacto, permitindo ajustes e redirecionamento de recursos conforme necessário. É essencial garantir que os programas alcancem seus objetivos e, quando necessário, recebam maiores investimentos para ampliar sua eficácia.
4. Priorizar medidas de adaptação e mitigação climática de forma integrada. As mudanças climáticas afetam desproporcionalmente as populações em situação de vulnerabilidade, tornando fundamental a adoção de medidas abrangentes e coordenadas nas políticas públicas para aumentar a resiliência das comunidades. Possíveis recomendações incluem o mapeamento dos riscos climáticos e de vulnerabilidades; bem como o planejamento e implementação de intervenções estruturais e não estruturais. Uma referência de conteúdo de com boas práticas e orientações são os guias do Escritório da Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres de como construir cidades mais resilientes que podem ser [acessados aqui](#).

Mobilidade Urbana

De 2017 a 2022, o município reduziu de 75 para 0,096 a taxa de internações por sinistro de trânsito por 100 mil habitantes. Trata-se da maior redução registrada entre as capitais, de 99,8%. Entre 2017 e 2021, a taxa de mortalidade por sinistro de trânsito por 100 mil habitantes se manteve praticamente constante, de 19 a 20.

De acordo com estudo comparativo do impacto do gasto mensal com Transporte Público nas capitais brasileiras⁸, São Luís apresenta um impacto de 15,47%. O município ocupa a 8ª posição entre as capitais analisadas. É a terceira capital do Nordeste mais bem posicionada, ficando atrás somente de Fortaleza em 5ª e Teresina na 6ª posição.

Recomendações:

1. Fortalecer iniciativas de mobilidade ativa. Com o objetivo de promover a segurança no trânsito e a qualidade de vida da população, é recomendada a adoção e aprimoramento de medidas voltadas à mobilidade ativa, como a criação de calçadas seguras e cicloviárias. Além disso, as avaliações dos projetos de infraestrutura devem ser divulgadas e abertas à participação pública, permitindo que os cidadãos contribuam para a identificação e avaliação dos impactos na redução de acidentes, na diminuição da poluição e no incentivo a hábitos de vida mais saudáveis.
2. Realizar e divulgar resultados de pesquisas de avaliação contínua da mobilidade urbana. Investir na realização e divulgação regular de pesquisas sobre a eficácia das políticas de transporte, a satisfação dos usuários e as áreas que necessitam de melhorias. Divulgar os resultados a fim de garantir transparência e promover ações informadas para o aumento da qualidade do transporte público.
3. Promover iniciativas de acessibilidade urbana e mobilidade ativa. É importante implementar e ampliar medidas de promoção da acessibilidade e redução de desigualdades sociais, raciais e de gênero. Um documento importante para análise é o Diagnóstico Local de acessibilidade e mobilidade com enfoque de classe, raça e gênero realizado pela Frente Nacional de Prefeitos, que pode ser [acessado aqui](#), e servir como base para o desenho de políticas públicas efetivas para um município mais equitativo e sustentável.

Gestão da Qualidade

São Luís apresenta uma nota 9,65 na Escala Brasil Transparente de 2020 da Controladoria-Geral da União (CGU), que avalia a transparência pública em relação à promoção do acesso à informação.

De acordo com o Mapa de Governo Digital de 2022, a capital responde positivamente a 9 dos 12 indicadores avaliados de gestão e infraestrutura (75%) e 24 dos 59 indicadores de oferta (40%).

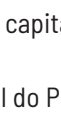
8. Estudo pode ser [acessado aqui](#).

Teresina

Educação

Teresina aumentou 8,4 pontos percentuais na taxa líquida de matrículas em creches entre 2021 (16,6%) e 2023 (25%). Desde 2020, a taxa da capital é inferior à do Estado do Piauí. No comparativo entre as capitais da região Norte em 2023, a capital apresenta a terceira menor taxa.

A capital do Piauí superou as metas do IDEB 2017, 2019 e 2021 com os maiores excedentes entre as capitais da região Nordeste nos dois primeiros anos, 1,3 e 1,6, respectivamente. O excedente da meta de 2021 foi de 0,2. O IDEB 2023 (6,4) apresentou uma melhora em relação a 2021 de 0,2. Porém, o acréscimo foi insuficiente para superar o índice registrado em 2017 (6,7). O município registrou o maior índice entre as capitais da região em 2023 em números absolutos.



Para refletir

O município apresentou bons resultados no IDEB, mesmo durante a pandemia. É essencial que Teresina fortaleça suas políticas educacionais, priorizando a melhoria no desempenho acadêmico e na equidade educacional, a fim de retomar e avançar seus índices prévios.

A taxa de abandono escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental da capital do Piauí permaneceu praticamente estável entre 2020 e 2023. Houve um pico em 2022 com 0,3. Todavia, em 2023 a taxa retornou a 0,1, o mesmo nível registrado em 2021. É a segunda capital com menor taxa de abandono em 2023, empatada com Recife.

Teresina, apesar de ter registrado o maior aumento percentual na taxa de distorção idade-série entre 2021 (7,3) e 2023 (10,7) de cerca de 46,5%, continua com a menor taxa entre as capitais nordestinas nos anos analisados.

A capital do Piauí incrementou o gasto per capita em educação de R\$596,95 em 2020 a R\$1.024,08 em 2023. Aumento de R\$427,13. É o maior gasto per capita em educação entre as capitais nordestinas em 2023 e a que apresentou o maior aumento nominal no período.

Recomendações:

- Fortalecer políticas de formação continuada de professores e de recomposição da aprendizagem. Considerando os resultados de Teresina no IDEB no período anterior à pandemia, é importante retomar e fortalecer iniciativas de recomposição da aprendizagem que estejam relacionadas às Competências da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e investir em práticas pedagógicas inovadoras que atendam às necessidades específicas dos alunos sob estratégias para promover uma melhoria contínua na qualidade da educação do município. O estudo “Recomposição das aprendizagens: estratégias educacionais para enfrentar os desafios da pandemia” do Instituto Natura e Fundação Lemann descreve experiências interessantes para inspiração como o programa de tutoria e mentoria online da Prefeitura do Rio de Janeiro, “Tá On!” para turmas especiais de regularização de fluxo. O estudo pode ser [acessado aqui](#).
- Gestão eficiente dos recursos: Tendo em vista que Teresina apresenta o maior gasto per capita em educação entre as capitais da região Nordeste, seria importante focar na gestão otimizada dos recursos para geração de impacto. Estratégias incluem a priorização da equidade no uso dos recursos, garantindo que áreas com maiores necessidades recebam maior atenção, e o foco em políticas com evidências. Auditorias e avaliações periódicas dos programas educacionais podem ajudar a garantir que os investimentos estão resultando em melhorias concretas na qualidade da educação. Um exemplo interessante seria a avaliação dos bônus por desempenho dos educadores da rede municipal de ensino na melhoria dos indicadores de ensino.
- Estabelecer e aprimorar processos sistemáticos de monitoramento e avaliação das políticas educacionais, com o objetivo de identificar e aprimorar intervenções que potencializem os resultados educacionais e promovam a equidade. É fundamental que as avaliações considerem as desigualdades raciais, socioeconômicas e regionais, garantindo que as políticas sejam ajustadas para atender às necessidades específicas dos alunos.

Saúde

Teresina ocupa a terceira posição na classificação geral entre capitais na dimensão de saúde medida pelos indicadores da pesquisa. Dessa forma, é a líder entre as capitais do Nordeste.

A capital do Piauí incrementou o gasto per capita em saúde de R\$1.648,11 em 2020 a R\$1.723,60 em 2023. Aumento de R\$75,49. É o maior gasto per capita em saúde entre as capitais nordestinas em 2023, mesmo apresentando o segundo menor aumento nominal de valores no período analisado.

O município apresenta a maior cobertura de Atenção Básica entre as capitais da região. Registrou um aumento de 79,92% em janeiro de 2021 para 97,37% em setembro de 2023. Aumento de cerca de 17 pontos percentuais. É a única capital regional que possui uma cobertura acima de 95% em 2023.

Em relação à mortalidade por óbitos evitáveis entre 5 e 74 anos, Teresina apresentou uma queda de cerca de 24% dos registros entre 2021 e 2023, passando de 4.088 a 3.103.

O município reduziu significativamente a cobertura vacinal de 2021, com 63,05%, para 52,37% em 2023. Uma queda em torno de 10 pontos percentuais. Mesmo diante da queda, Teresina apresenta a maior cobertura vacinal entre as capitais nordestinas em 2023.

94,79% da população de Teresina possui acesso aos serviços de abastecimento de água, enquanto a média do estado do Piauí é de 70,27%. Conforme os dados do SNIS 2022, somente 41,06% da população do município tem acesso aos serviços de esgotamento sanitário. A média do estado é de 34,95%.

Recomendações:

- Implementar estratégias para aumentar a cobertura vacinal: Frente a queda da cobertura vacinal do município, recomenda-se a adoção de estratégias como as elencadas no estudo da Subsecretaria de Saúde Gerência de Informações Estratégicas em Saúde CONECTA-SUS que pode ser [acessado aqui](#). Destaca-se o uso de recursos de saúde digital como mensagens de texto e aplicativos com informações sobre os imunizantes, opção para agendamento em unidades de vacinação e alerta para doses em atraso. Um exemplo é implementar ou ampliar estratégias similares no aplicativo “SUS Teresina”. Ainda, o estudo demonstra que estratégias de educação em saúde são efetivas.
- Aumentar a eficiência na alocação de recursos. Teresina lidera o comparativo regional em gasto per capita em saúde. Para otimizar o uso dos fundos disponíveis, recomenda-se explorar o potencial de serviços digitais, além de investir na melhoria da gestão eficiente dos recursos de saúde, garantindo a alocação adequada dos recursos disponíveis e a redução de desigualdades para maximizar a eficiência dos serviços prestados. É importante prezar pela gestão com base em evidências, para que a alocação dos recursos seja realizada de forma efetiva visando a entrega de serviços de qualidade de forma igualitária. Um guia útil é o de Componentes Básicos da Gestão com Base em Evidência elaborado pelo Insper e pelo Instituto Ayrton Senna, que pode ser [acessado aqui](#).
- Priorizar políticas intersetoriais de garantia de acesso à água, tratamento de esgoto, drenagem e gestão de resíduos sólidos. Como responsável pelos serviços de saneamento básico, o município tem a atribuição indelegável de planejar e assegurar o controle social sobre os serviços, além de delegar a regulação e definir as modalidades de prestação desses serviços. De acordo com o guia “Municípios e saneamento nas eleições 2024” do Instituto Água e Saneamento que pode ser [acessado aqui](#), a agenda municipal de saneamento básico e segurança hídrica deve incluir ações de planejamento, transparência e participação social, meio ambiente e clima e emergência.

Desenvolvimento Econômico

Teresina está em quinto lugar na classificação em relação à dimensão de desenvolvimento econômico na avaliação dos indicadores da pesquisa entre as nove capitais da região Nordeste.

A capital do Piauí apresenta um saldo positivo de empregos formais segundo o Novo Caged desde 2021. Em 2023, o saldo foi de 10.100, considerando por grande agrupamento de atividade econômica, aproximadamente 55% em serviços, 22% em comércio, 13% construção, e 8,5% em indústria. Até julho de 2024, o município registrou um saldo de 7.116 empregos formais, com 67% serviços, 17,5% construção, 12% indústria e 3% comércio. O setor de agropecuária apresentou uma redução de 58 postos de trabalho formais neste período.

Segundo o Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, estudo sobre o ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso a capital, inovação, capital humano e cultura dos municípios brasileiros, Teresina está na 44ª posição no ranking geral.

Recomendações:

- Investir em melhorias de infraestrutura: De acordo com o Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, a dimensão de infraestrutura da capital do Piauí apresenta a menor pontuação na dimensão de infraestrutura. Indicadores como transporte interurbano e condições urbanas indicam áreas para possíveis melhorias. O município deve concentrar esforços em melhorar a conectividade e mobilidade urbana, otimizando o transporte público, estradas e telecomunicações, que são essenciais para atrair novos negócios e melhorar a qualidade de vida dos moradores.
- Aprimorar ambiente regulatório. Além disso, o ICE 2023 aponta para potencial de melhoria no ambiente regulatório de Teresina. O estudo avalia aspectos como o tempo de trâmites administrativos, tributação e a complexidade burocrática. Simplificar processos e tornar o ambiente mais previsível para empreendedores pode atrair mais investimentos e dinamizar a economia local. A digitalização de serviços e a criação de incentivos fiscais para pequenas e médias empresas são algumas sugestões possíveis.
- Fortalecer políticas de inclusão produtiva: A inclusão produtiva é fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável da capital, especialmente em um contexto de desigualdades sociais. O município deve promover programas que incentivem a capacitação e inserção no mercado de trabalho de populações vulneráveis, como jovens, mulheres e pessoas em situação de pobreza. Além disso, integrar iniciativas de empreendedorismo com foco na economia solidária e sustentável pode criar novas oportunidades para os cidadãos, com ênfase no fortalecimento das micro e pequenas empresas.

Proteção Social

Panorama famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) no município de Teresina em janeiro de 2021 a janeiro de 2023:

- Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza: 62.661 a 113.156. Aumento de aproximadamente 80,5%
- Quantidade de famílias em situação de pobreza: 9.962 a 10.384. Aumento de aproximadamente 4%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo: 96.992 a 153.631. Aumento de aproximadamente 58%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo: 19.248 a 26.638. Aumento de aproximadamente 38%

Recomendações:

- Desenhar e implementar estratégias para enfrentar a multidimensionalidade da pobreza, considerando não apenas a renda, mas também fatores como acesso a serviços básicos, educação, saúde, moradia e segurança alimentar. Diante do contexto de aumento expressivo de famílias em situação de extrema pobreza e de famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo no período analisado, é fundamental desenvolver políticas intersetoriais que integrem ações de inclusão produtiva, proteção social e desenvolvimento urbano sustentável. Além disso, monitorar e avaliar de forma contínua o impacto das políticas públicas, ajustando-as conforme as necessidades da população, especialmente aquelas em situação de extrema pobreza. Fortalecer parcerias com a sociedade civil e organizações locais pode ser uma estratégia eficaz para ampliar o alcance e a efetividade dessas iniciativas.
- Fortalecer o Sistema de Assistência Social Municipal. Garantir a cobertura e adequação dos serviços de assistência social às necessidades identificadas nas avaliações contínuas dos serviços prestados e na análise dos dados, com o objetivo de aumentar a capacidade de resposta às demandas da população. Ressalta-se ainda que o Cadastro Único é um instrumento para focalização de políticas públicas que pode ser utilizado pela prefeitura na gestão e tomada de decisões voltadas à identificação das famílias em situação de vulnerabilidade. As informações disponíveis possibilitam a elaboração de diagnósticos e de políticas sociais. Por isso, a atualização e manutenção do CadÚnico deve ser tratada como uma prioridade pela gestão municipal.
- Promover políticas de igualdade racial e de gênero. A promoção de políticas de igualdade racial e de gênero deve ser tratada como uma prioridade para a construção de uma cidade mais justa e inclusiva. As iniciativas da Prefeitura precisam ser continuamente monitoradas e avaliadas em termos de impacto, permitindo ajustes e redirecionamento de recursos conforme necessário. É essencial garantir que os programas alcancem seus objetivos e, quando necessário, recebam maiores investimentos para ampliar sua eficácia.
- Priorizar medidas de adaptação e mitigação climática de forma integrada. As mudanças climáticas afetam desproporcionalmente as populações em situação de vulnerabilidade, tornando fundamental a adoção de medidas abrangentes e coordenadas nas políticas públicas para aumentar a resiliência das comunidades. Possíveis recomendações incluem o mapeamento dos riscos climáticos e de vulnerabilidades; bem como o planejamento e implementação de intervenções estruturais e não estruturais. Uma referência de conteúdo de com boas práticas e orientações são os guias do Escritório da Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres de como construir cidades mais resilientes que podem ser [acessados aqui](#).

Mobilidade Urbana

Entre 2017 a 2022, o município apresentou uma redução no número de internações por sinistro de trânsito por 100 mil habitantes de 602 a 508, o que corresponde a uma queda de aproximadamente 16%. Considerando o período de 2017 a 2021, a taxa de mortalidade em sinistro de trânsito por 100 mil habitantes reduziu de 37 para 33, uma redução de cerca de 11%.

Teresina apresenta um impacto de 14,73% no gasto mensal com Transporte Público, segundo estudo entre capitais brasileiras⁹. O município ocupa a 6ª de 28 posições, empatada com Fortaleza na 5ª posição, dividindo o posto de capitais nordestinas mais bem colocadas.

Recomendações:

- Promover e divulgar resultados de pesquisas de avaliação contínua da mobilidade urbana. Investir na realização e divulgação regular de pesquisas sobre a eficácia das políticas de transporte, a satisfação dos usuários e as áreas que necessitam de melhorias. Divulgar os resultados a fim de garantir transparência e promover ações informadas para o aumento da qualidade do transporte público.
- Fortalecer iniciativas de mobilidade ativa. Com o objetivo de promover a segurança no trânsito e a qualidade de vida da população, é recomendada a adoção e aprimoramento de medidas voltadas à mobilidade ativa, como a criação de calçadas seguras e ciclovias. Além disso, as avaliações dos projetos de infraestrutura devem ser divulgadas e abertas à participação pública, permitindo que os cidadãos contribuam para a identificação e avaliação dos impactos na redução de acidentes, na diminuição da poluição e no incentivo a hábitos de vida mais saudáveis.

Gestão da Qualidade

Teresina possui uma nota 9,25 na Escala Brasil Transparente de 2020 da Controladoria-Geral da União (CGU), que avalia a transparência pública em relação à promoção do acesso à informação.

De acordo com o Mapa de Governo Digital de 2022, a capital responde positivamente a 7 dos 12 indicadores avaliados de gestão e infraestrutura (58%) e 35 dos 59 indicadores de oferta (59%).

Recomendações:

- Promover iniciativas de melhoria da gestão e infraestrutura. Diante da margem de melhoria aos indicadores de gestão e infraestrutura no Mapa de Governo Digital, Teresina pode investir em desenvolver parcerias para melhorar a infraestrutura de tecnologia de informação e comunicação (TIC) no setor público municipal, além de fortalecer os programas ou ações de inclusão digital.
- Implementar novos formatos de oferta de serviços digitais. A capital do Piauí também apresenta uma margem de melhoria aos indicadores de oferta de acordo com o Mapa de Governo Digital. Em busca de avançar na transformação digital, Teresina pode possibilitar consultas públicas e grupos de discussão como fóruns ou comunidades pela internet, entre outros. Além de modernizar a oferta de serviços, iniciativas similares também promovem uma maior participação cidadã e uma gestão mais transparente e eficiente.
- Realizar e divulgar avaliações contínuas de serviços prestados. Como estabelecido na Lei Federal 13.460/2017, é responsabilidade do município realizar e publicar os resultados das avaliações contínuas de serviços prestados pela administração direta e indireta do município. Nesse sentido, a implementação da lei é um passo importante para promover a qualidade dos serviços públicos de Teresina.

9. Estudo pode ser [acessado aqui](#).

Governo Digital

Em parceria com a Rede Gov.br, apresentamos a seguir recomendações para as três capitais da Região Sul:

Conduzir ações de simplificação processual e transformação digital. Planejar e realizar detalhada revisão de processos administrativos internos (gestão governamental) e externos (serviços públicos), buscando simplificação e transformação digital.

Como fazer?

- Faça parte da [Rede Nacional de Governo Digital — Rede GOV.BR](#).
- Siga os [10 passos para a transformação digital em estados e municípios do Gov.br](#).
- Alinhe-se à [Estratégia Nacional de Governo Digital](#) e siga suas prioridades e recomendações.

FICHA TÉCNICA

Coordenação técnica: Sergio Andrade
Análise de dados: Isabela de Siqueira Barbosa
Data visualização: Tiago Rocha
Comunicação: Victor Resende
Imprensa: Vira Comunicação

IDEIA

PESQUISA
DE QUALIDADE
DO SERVIÇO
PÚBLICO

15
AGENDA
PÚBLICA
ANOS